



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
ÉDINA DA SILVA DE FREITAS

**O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO DO PROGRAMA *ESCREVENDO O FUTURO*:
ESTUDO DE CASO**

Tubarão

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ÉDINA DA SILVA DE FREITAS

**O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO DO PROGRAMA *ESCREVENDO O FUTURO*:
ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Marileia Silva dos Reis.

Tubarão

2009

ÉDINA DA SILVA DE FREITAS

**O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO DO PROGRAMA *ESCREVENDO O FUTURO*:
ESTUDO DE CASO**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, agosto de 2009.

Professora e orientadora Marileia Silva dos Reis, Doutora
Universidade do Sul de Santa Catarina

Professora Otília Lizete de Oliveira Martins Heinig, Doutora.
Universidade Regional de Blumenau - FURB

Professor Adair Bonini, Doutor.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico esta dissertação a vocês, Fábio e Edmo, minha maior criação, meus filhos, pela compreensão e ensinamentos de que a vida vale a pena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, essa força superior que me acompanha em cada desafio a ser vencido. A minha família, que sempre acreditou em mim. Aos colegas de mestrado, que sempre foram fonte de inspiração e os quais representam grandes amigos. Ao corpo docente do curso, com o qual tive oportunidade de conviver e muito aprender, em especial, minha orientadora, professora Dra. Marileia Reis, pela competência. À professora Dra. Maria Ester W. Moritz por sua considerável contribuição. À equipe do CENPEC, coordenação do Programa *Escrevendo o Futuro* pela iniciativa, oportunidade e incentivo que me impulsionou outro olhar sobre a realidade e uma perspectiva de transformação social. E, finalmente, aos meus alunos, ex-alunos, colegas professores, amigos e gestores que me impulsionaram nesta trajetória.

“É a hora e a vez da águia. Despertemo-la. Ela está se agitando nas mentes e nos corações de muitos. Não só. Ela anima a história e penetra na própria realidade íntima de cada ser humano.”

(Leonardo Boff).

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo verificar, com base nos estudos sócio-retóricos de gêneros textuais (SWALES, 1990), se os textos apresentados como exemplos do gênero artigo de opinião no contexto escolar, disponibilizados no “Caderno do professor – orientação para produção de textos”, do programa *Escrevendo o Futuro*, e do livreto das Olimpíadas de Língua Portuguesa, apresentam uma estrutura de composição regular para se configurarem como gênero, e analisar se constituem novo gênero ou uma reconfiguração da dissertação escolar, com base em textos do fórum do portal *Escrevendo o futuro*. A metodologia adotada para a análise dos dados foi a do modelo CARS. Os dados apontam para: a) um gênero organizado em seis movimentos retóricos: (i) identificar o título e autoria; (ii) apresentar uma questão polêmica; (iii) apresentar posicionamento; (iv) apresentar os argumentos; (v) apresentar a conclusão; e (vi) apresentar dados de identificação do autor; b) um papel social do articulista restrito a determinadas áreas sociais e um estilo de escrita que fica entre o formal e o informal. Dada a regularidade dos movimentos nos 9 textos analisados, pode-se inferir que o artigo de opinião do Programa *Escrevendo o futuro* constitui-se um novo gênero escolar. E, quanto à verificação da hipótese segundo a qual o gênero artigo de opinião seria ou não uma reconfiguração da dissertação escolar, com base no fórum de discussão, no Portal da Comunidade Virtual *Escrevendo o Futuro*, ficou evidenciada que a produção textual de escrita na escola a partir de um determinado gênero não implica numa substituição de termos: gênero no lugar de redação escolar (tipos), composição e/ou produção de texto. A adoção de se trabalhar o artigo de opinião no contexto escolar, tal como é proposto pelo *Escrevendo o futuro*, trata-se de uma mudança de concepção, de tratamento didático na prática de produção de textos, e não de mera mudança de nomenclatura: de gênero redação escolar para gênero artigo de opinião no ensino, compreensão e produção de textos na educação básica.

Palavras-chave: gênero textual, artigo de opinião, análise retórica.

ABSTRACT

This research has as objective to verify, with basis of sociorhetorical studies about textual genders (SWALES, 1990), if the texts presented as examples of the opinion article gender in the school, available in the “Caderno do professor – orientação para produção de textos”, from the Program *Escrevendo o futuro* and from the book Olimpíadas de Língua Portuguesa, present a structure of regular and standard composition to be considered as gender and to analyze if they constitute a new gender or a reconfiguration of school dissertation, with basis in texts of *forum* of vestibule *Escrevendo o Futuro*. The methodology adopted for the analysis of the data was the CARS model. The data point out: a) a gender organized in six rhetorical movements: (i) to identify heading and authorship;(ii) to present a the controversial; (iii) to present a position; (iv) to present arguments;(v) to present a conclusion; and (vi) to present date of identification of the author; b) a social role of the restricted mediator to a social area and a style of writing between the formal and the informal. From the regularity of the movements in the 09 analyzed texts, it is possible to infer that the opinion article from the program *Escrevendo o futuro* is a new school gender. And, regard to the hypotheses that the article gender would be or not a reconfiguration of the school dissertation, with basis on the discussion *forum*, Portal da Comunidade Virtual *Escrevendo o Futuro*, it was revealed that the written textual productions in the school from a particular gender does not imply in the substitution of terms: gender instead of school composition (types), essay and/or text production. The intention of working the opinion article in the school context, as it is proposed by program *Escrevendo o futuro*, is a change of conception, of didactic treatment in the practice of textual production, and not merely a change of nomenclature: from school composition gender to opinion article gender in the teach, comprehension and text production in basic education.

Keywords: textual gender, opinion articles, rhetorical analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Definição de tipo e gênero textual	32
Ilustração 2 – Modelo CARS para introduções de artigos de pesquisa.....	40
Ilustração 3 – Kit Itau Criação de Textos	52
Ilustração 4 – Portal da Comunidade Virtual <i>Escrevendo o Futuro</i>	53
Ilustração 5 – Metodologia de Bhatia para o estudo de gênero (apud Bonini, 2004b).	57
Ilustração 6 – Metodologia para estudo inter-relacionado dos gêneros (Bonini, 2004c).....	58
Ilustração 7 – Quadro sobre a distribuição dos artigos de opinião.....	59
Ilustração 8 – Quadro sobre análise de um exemplar de gênero artigo de opinião.	69
Ilustração 9 – Porcentagem da ocorrência dos movimentos nos textos do gênero.....	71
Ilustração 10 – Quadro com estatística de ocorrência dos movimentos no <i>corpus</i>	72
Ilustração 11 – Transcrição de respostas de 3 sujeitos do Portal <i>Escrevendo o Futuro</i>	75
Ilustração 12 – Temas abordados pelos articulistas vencedores no Prêmio e na Olimpíada....	78

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
2.1	LETRAMENTO.....	23
2.2	TEXTUALIZAÇÃO.....	27
2.3	GÊNEROS TEXTUAIS.....	30
2.3.1	Modelo CARS.....	38
2.4	GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO.....	41
2.4.1	Artigo De Opinião Escolar.....	44
2.5	O CENPEC E O PROGRAMA <i>ESCREVENDO O FUTURO</i>	47
2.5.1	O programa <i>Escrevendo o futuro</i>.....	48
2.5.2	O prêmio e a olimpíada.....	49
3	METODOLOGIA.....	54
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	54
3.2	OBJETO DA PESQUISA.....	55
3.3	MÉTODO DA PESQUISA.....	55
3.4	PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS.....	56
3.5	DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DA PESQUISA.....	59
3.6	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	61
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	62
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA COMPOSICIONAL DO GÊNERO.....	62
4.1.1	Ocorrência dos Movimentos.....	71
4.1.2	Gênero Artigo de Opinião ou Reconfiguração da Dissertação Escolar.....	73
4.2	ARTIGO DE OPINIÃO E ASPECTOS DO PAPEL SOCIAL DO ARTICULISTA.....	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
	REFERÊNCIAS.....	88
	ANEXOS – TEXTOS 1 A 9.....	93

1 INTRODUÇÃO

A proposta desta dissertação é verificar, com base nos estudos sócio-retóricos de gêneros textuais (SWALES, 1990; BONINI, 2004), se os textos (nove ao todo) apresentados como exemplos do gênero artigo de opinião no contexto escolar, disponibilizados no “Caderno do professor – orientação para produção de textos”, do programa *Escrevendo o Futuro*, apresentam uma estrutura de composição regular para se configurarem como gênero, e analisar se tais textos constituem um novo gênero ou uma reconfiguração da dissertação escolar¹.

Abordar os gêneros textuais no contexto escolar será um dos focos do presente trabalho. Entendem-se os gêneros não apenas como fenômenos linguísticos, mas fenômenos linguisticamente situados, ou seja: concebem-se os gêneros como eventos comunicativos, conforme Swales (1990). Fundamentar o ensino de língua materna, tanto na oralidade quanto na escrita, nos gêneros textuais, constitui-se também proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. É proposta também do ensino de língua portuguesa, a partir dos PCNs, oferecer sugestões didáticas para o uso dos textos enquanto exemplos e fonte de referência de um determinado gênero: consideramos que tais objetivos, tanto o linguístico-textual como o educacional, mostram-se elogiáveis para a educação básica.

A constituição e caracterização dos gêneros textuais em relação às práticas sociais efetivas vêm, ao longo dos anos, despertando interesse e estudos. Desde a era clássica, os gregos já tentavam identificar a forma dos textos: Aristóteles, antigo retórico, em suas obras (*A Arte Retórica* e *A Arte Poética*), já demonstrava preocupação com a caracterização de textos em gêneros, conforme Bakhtin (1992). Observando a história do surgimento dos gêneros, encontramos os povos de cultura essencialmente oral que desenvolveram um conjunto mais limitado de gêneros. Por volta do século VII aC., com a invenção da escrita

¹ Observa-se, neste início, que o objeto de investigação do presente estudo trata das produções finais de alguns alunos que tiveram seus textos selecionados pelo programa *Escrevendo o futuro*, ou seja, os textos analisados (neste estudo) constituem-se “produto final de uma proposta elaborada por uma equipe cuja ancoragem é a sequência didática, aqui compreendida como *um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito*, de acordo com Dolz; Noverraz; Schneuwly (2004, p. 97)”, conforme Heinig (2009). Outrossim, cumpre esclarecer que se pretende, em futuras pesquisas, aprofundar a análise de como a sequência didática dos referidos textos foi organizada e desenvolvida, bem

alfabética, os gêneros se multiplicaram, surgindo aqueles que são mais típicos da escrita: acadêmicos, informativos, literários, dentre outros. E, a partir do século XV, e, depois, com o avanço da revolução industrial, no final do século XIX, ampliaram-se muito mais.

A partir do século XX, os avanços e as conquistas tecnológicas acarretam transformações e mudanças na maneira de se comunicar, de pensar e de trabalhar da sociedade. E tais avanços representam uma das contribuições sociais para o surgimento de novas abordagens teóricas: dentre elas, citamos o modelo sócio-retórico de Swales (1990; 1992) e Bonini (2004), como importantes instrumentos teórico-metodológicos para discussão e reflexão a respeito do modo como se constituem os gêneros.

No Brasil, nas duas últimas décadas, documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, e, em Santa Catarina, a Proposta Curricular de Santa Catarina (1998; 2005), constituem-se propostas que fundamentam o ensino da língua materna através dos gêneros orais ou escritos, por inserirem em suas propostas pedagógicas a extensão dos diversos gêneros para o contexto escolar.

O desenvolvimento desta dissertação constitui-se um exemplo do reflexo da tentativa de contribuição para a extensão de trabalhos sobre gêneros na educação básica. Inicialmente, apresentam-se as bases teórico-metodológicas que fundamentam a noção de gênero como evento comunicativo nas práticas sociais institucionalizadas e que validam a transposição das experiências do cotidiano para a escola, tanto pela evidência das análises dos gêneros como das experiências de seu ensino e aprendizagem. Por exemplo: em situações de interação no cotidiano, ao cumprimentarmos as pessoas, desejando-lhes felicitações; em batepapos, a nossa fala é moldada por um dado gênero textual, e isto evidencia que a comunicação do cotidiano também se manifesta (de modo espontâneo) mediante gêneros criativos. Muitas vezes, desconhecemos os gêneros textuais em termos teóricos, mas, em termos práticos, quando os dominamos, nós os empregamos de forma hábil e segura, pois falamos apenas por meio de determinados gêneros.

Para Bakhtin (2003, p. 282), não há enunciado construído fora de um gênero. Todo enunciado faz parte de algum gênero e, ao mesmo tempo, é a partir dos enunciados que, historicamente, os gêneros se formam, constituem-se e acabam moldando o nosso discurso, através de diferentes situações de interação social. Tanto para o falante como para o

como em que medida as oficinas presentes no caderno do referido Programa alimentam o desenvolvimento da produção escrita que possibilitou a presença dos movimentos analisados.

interlocutor, o gênero é um meio de compreensão e interpretação dos enunciados e é essencial, tanto para a construção do enunciado, para o seu acabamento, como para a organização do discurso.

Quanto mais o usuário de uma dada língua dominar os gêneros, mais fácil e livremente os empregará e mais habilmente realizará o seu projeto de discurso, nas diferentes situações de comunicação. E, à medida que o ensino escolar avançar em busca de definição precisa “das dimensões ensináveis de um gênero, mais ela facilitará a apropriação deste como instrumento e possibilitará o desenvolvimento de capacidades de linguagem diversas que a ele estão associadas” (Schneuwly e Dolz, 1997, p. 15).

Nos estudos sobre gênero, Bakhtin (2003) destaca que, sem o texto, não há objeto de pesquisa e nem de pensamento. O texto, independente da natureza da sua manifestação, oral ou escrita, é o dado primário e o seu ponto de partida para qualquer disciplina do campo das ciências humanas, independentemente de qual seja o objetivo de seus estudos. O texto permite, para o homem, a expressão de seus sentimentos e de suas idéias e deve ser visto em seu contexto. O homem é um ser social, dialógico, que fala e se exprime, e a constituição da sua linguagem é mediada por textos nas situações de comunicação. Nesse sentido, o texto, além de ponto de partida para qualquer pesquisa do homem social e das suas relações com a linguagem, também se torna relevante como introdução ao ensino-aprendizagem da língua (vista como prática discursiva), sua textualização, os processos de produção e interpretação de textos (apresentada na seção 2.2)².

Portanto, no interior da sala de aula, alunos e professores interagem, ou pelo menos deveriam interagir, por meio de textos. Cada texto, como diz Bakhtin (2003), é como um elo na grande corrente de produções verbais que circulam numa sociedade. Nessa perspectiva, as atividades de ensino-aprendizagem podem/devem priorizar as ações pedagógicas com a diversidade de textos orais e escritos, sem esquecer-se de que essas atividades são realizadas na escola, mas não necessariamente para a escola. Daí a preocupação de se desenvolverem, no aluno, o gosto e uma relação de afeto com as habilidades de leitura e

² O uso de texto-enunciado deve ser repensado sempre, dependendo do viés teórico adotado, sendo que se torna importante que o leitor compreenda a ancoragem adotada e qual o papel do texto e do enunciado que necessita de maior detalhamento. Sugere-se o repensar do poder da leitura da escrita, levando em consideração a reflexão de Graff (1990) quanto ao mito da alfabetização, conforme Heinig (2009).

escrita no contexto escolar: o professor deverá esquivar-se de atividades de desenvolvimento de tais habilidades cujo único interesse seja o burocrático.

Kleiman (2007) acredita que é possível desenvolver na criança o gosto pela leitura, e esta relação de afetividade (com a leitura) desenvolve a capacidade de compreensão do texto. Entendo texto, hoje, como qualquer produção linguística, falada ou escrita, que possa fazer sentido numa situação de comunicação humana. Desde cedo, a escola deve oportunizar as crianças experiências de leitura e escrita, contribuindo para a formação do gosto por estas práticas e o desenvolvimento da capacidade delas em permanecer no texto. Nas palavras da autora:

A gente lê diferentes textos, de diferentes formas, com diferentes objetivos, em diferentes ocasiões, e tudo isso é leitura. E quando o professor consegue encantar o leitor, você pode dizer: a leitura dele tem reflexos na sala de aula. (Entrevista da autora, no *Escrevendo o futuro* – 01/11/07).

Para Kleiman (2005, p.16), os estudos sobre letramento “examinam o desenvolvimento social que acompanhou a expansão dos usos da escrita desde o século XVI”. O desenvolvimento social citado pela autora levou a mudanças na sociedade, mudanças essas políticas, sociais, econômicas e cognitivas, relacionadas ao uso extensivo da escrita, bem como as condições de uso da escrita.

A palavra letramento, segundo a autora (p.17), não está ainda dicionarizada, dada a sua complexidade e variação dos tipos de estudos. Em *O Modelo Ideológico de Letramento*, (Kleiman, 2005, p.38) apresenta Street (1984; 1993), em que denomina o modelo para explicitar que todas as práticas de letramento são aspectos não só da cultura numa sociedade, mas das estruturas de poder. Kleiman (p.39) acrescenta que as práticas de letramento mudam segundo o contexto.

O trabalho com textos na perspectiva dos gêneros, na escola, é preparar o aluno para a produção e a compreensão multimodais dos textos, materializados nos mais variados gêneros. Nesse sentido, a escola pode oferecer aos alunos a possibilidade de trabalharem com textos de gêneros diversos que circulam em diferentes esferas. Ou seja, no contexto escolar, trabalhar a/com a linguagem em uso, a partir de práticas discursivas correntes, e centrar o ensino de língua portuguesa no enunciado, ocupando-se e preocupando-se com o uso da língua e, além disso, procurando integrar as práticas de leitura, produção textual e análise linguística. Essas práticas de linguagem desembocam num trabalho organizado pelos eixos

fala/escuta, leitura/escrita, estabelecidos em torno dos usos da linguagem e perpassados pelo eixo da análise linguística e da reflexão sobre a língua (BRASIL, 1997).

Esta reflexão (sobre a língua) estende-se também para fora do contexto escolar: os ambientes virtuais são versáteis, e levam o usuário da língua a defrontar-se com os muitos gêneros escritos, na internet, como assinala Marcuschi (2004). Fora da escola, o aluno também passa por um aprendizado formal do gênero.

Nos últimos anos, percebe-se que é considerável o interesse nos cursos universitários e de pós-graduação pelo estudo de gêneros acadêmicos, pelas contribuições resultantes de pesquisas realizadas. Sem dúvida, é inegável a divulgação, os registros, a importância dessas pesquisas, desses conhecimentos relevantes para a socialização e contribuição do saber pedagógico.

Então, visando a atender a inúmeros textos que circulam no contexto social dos alunos dos ensinos fundamental e médio, o Programa *Escrevendo o Futuro*³ destaca a importância de os professores (que hoje atuam exclusivamente nas redes de ensino público) estabelecerem contato com diferentes mediadores do conhecimento. Este contato integra os educadores, propicia trocas de experiências (e não apenas do professor isolado na sala de aula), por meio de ações, concursos e prêmios. O aprender a ler e a escrever e, principalmente, o aprender a gostar disso estão diretamente ligados à metodologia de ensino. Escrever apenas como exercício escolar, de forma padronizada e mecânica, tendo somente o professor como leitor, tem-se mostrado insuficiente para uma criança que, com a orientação adequada, certamente se mostrará muito criativa, e melhorará seu desempenho como escritora/leitora, transcendendo a clássica escrita escolar: conseqüentemente, preparando-se melhor para ler e escrever os diferentes gêneros de texto que circulam fora da escola. Ou seja, esta criança estará mais preparada para o exercício das práticas sociais da escrita.

O ensino da produção e compreensão de texto produzido na escola, nas salas de aula, vem apontando educandos com desempenho pouco satisfatório em relação à escrita e à leitura, além de também de evidenciar um desinteresse pela produção textual. Assim, a leitura e a escrita, para a maioria dos alunos, passa a ser enfrentada como um sacrifício (Silva, 2008).

³ O Programa *Escrevendo o futuro* foi criado pela Fundação Itaú Social, em 2002, com o objetivo de contribuir com o aperfeiçoamento da escrita de alunos as 4as. e 5as. séries do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras e com a formação de educadores, professores de Língua Portuguesa.

Pretende-se justificar a importância deste estudo, voltado para o gênero artigo de opinião, por se acreditar em poder levar esta discussão ao professor dos ensinos: fundamental e médio, como mais um dos subsídios para o entendimento deste gênero e de sua aplicabilidade no ensino de língua. Além disso, a inclusão do gênero artigo de opinião nas aulas de língua portuguesa pode ampliar a motivação do aluno a participar de discussões sobre questões polêmicas com as quais ele costuma lidar no seu dia a dia, uma vez que o foco temático dos textos, neste gênero, costuma ser a polêmica e o embate de posições.

Simultaneamente à presente pesquisa, outro trabalho sobre o gênero artigo de opinião foi desenvolvido por Silva (2008), na perspectiva sócio-retórica, vertente desenvolvida nos Estados Unidos. Entretanto, o estudo volta-se para o domínio jornalístico, o presente trabalho, se além especificamente ao ensino: o gênero artigo de opinião no contexto escolar, com base na proposta do Programa *Escrevendo o futuro*.

Silva (2008, p.02) conceitua gênero como “qualquer uso distintivo e tipificado de discurso que, na modalidade oral e escrita, tem seu lugar nas interações sociais recorrentes”, concebendo a linguagem como atividade marcada pela interação e pelo caráter social.

O gênero não é uma palavra nova, embora, atualmente, destaca-se nos estudos sobre texto. Para Swales (1990), constitui-se uma categoria que, além da notável presença na teoria literária, surge também na retórica da antiguidade, nos estudos antropológicos e na etnografia da comunicação. Seus estudos na perspectiva sócio-retórica, os gêneros são apreendidos em situações recorrentes, como ações retóricas tipificadas.

Embora seja muito pequena a quantidade da população brasileira que lê nos jornais, os gêneros opinativos, para Silva (2008, p.04), “mostram-se muito importantes na formação de opiniões nos indivíduos e sua leitura se torna indispensável ao pleno exercício da cidadania”.

Para Silva (2008), o desempenho dos educandos na escola básica, quanto à leitura e à escrita, não tem sido satisfatório, daí o estudo e a análise do gênero artigo de opinião poderem contribuir para o ensino da produção e compreensão de texto. O autor aponta que esse baixo desempenho dos alunos nas habilidades de leitura e escrita tem base no desinteresse generalizado que se observam nas próprias produções escolares dos alunos. Com relação à leitura, a maior parte dos educandos enfrenta-a como um “martírio”. Obras produzidas, ao longo da história do Brasil, situam-se, na sua maioria, distantes da realidade dos alunos.

Silva acredita que, ao se analisarem e discutirem questões que o educando vive em seu cotidiano, como as polêmicas presentes na mídia terão mais probabilidade de aproximar os textos da vivência do leitor. As questões polêmicas do cotidiano apresentam-se nos artigos de opinião de jornais, deixando o texto mais significativo aos olhares dos alunos, o que poderá despertar nos leitores o interesse em compreender e produzir esse gênero do domínio discursivo jornalístico. O autor analisa vinte artigos de opinião retirados de duas instituições jornalísticas, a Folha de S. Paulo e o Diário do Grande ABC, sob a perspectiva sócio-retórica de gêneros textuais.

Para este autor, o gênero artigo de opinião é apresentado por uma pessoa, o colaborador do jornal, pessoa esta que se destaca em alguma área de diferentes atividades sociais: profissionais, políticas, esportivas, sindicais, etc.

A palavra artigo, segundo Silva (2008, p.55), apresenta duas significações: 1ª) qualquer matéria publicada em jornal e revista (mais usada pela população), todo texto divulgado pela imprensa; 2ª) o artigo como um gênero específico, uma forma de expressão verbal (própria das empresas jornalísticas). Para Melo (2003, p. 123), o artigo de opinião é “uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião”.

O gênero artigo de opinião, com relação à forma, segundo Melo (2003), apresenta-se sob duas espécies: o artigo propriamente dito e o ensaio. Ele afirma que a diferença entre ambos não está somente na extensão, mas no tratamento dado ao tema e na argumentação. Diz ainda que, quanto à extensão, o artigo é um ensaio curto, o ensaio é um artigo longo. No tratamento dado ao tema, o artigo possui julgamentos que se aproximam da provisoriedade, é produzido no momento em que ainda os fatos têm a sua configuração em curso e o ensaio exibe perspectivas mais bem definidas, alicerçadas solidamente, possui entendimento mais amplo do fato e anseia a sistematização de seu conhecimento. Para a argumentação, o autor baseia-se em seu próprio conhecimento e sensibilidade e, no ensaio, o autor sustenta-se em fontes legitimadas pela sua credibilidade documental, concedendo a confirmação das ideias sustentadas pelo ensaísta.

Com relação à finalidade, duas feições são assumidas pelo artigo: doutrinário e científico. Silva explica-as a partir de Melo (2003, p. 124): no artigo doutrinário, objetiva-se à análise de uma questão atual, fazendo a sugestão, aos leitores, de uma determinada maneira de enxergá-la ou de fazer o seu julgamento: seria aquele texto mais adequadamente denominado

de artigo jornalístico, aproximando, assim, do artigo de opinião nas instituições jornalísticas brasileiras. O artigo científico objetiva divulgar o desenvolvimento da ciência. São raras as publicações de artigos científicos nas edições diárias dos jornais: costumam ser publicados nas edições de domingo dos diários ou nas seções especiais dos semanários e dos periódicos de informação geral.

Segundo Silva (2008), o artigo possui suas próprias particularidades de redação, inexistindo uniformidade de um padrão. Tanto um profissional do jornalismo quanto um colaborador do jornal podem ser produtores do artigo de opinião. Quanto aos conteúdos, esse gênero trata de questões polêmicas que afetam um grande número de pessoas. O articulista busca defender essas questões por meio de uma discussão ampla, na apresentação de argumentos, apresentando a sua posição. O artigo de opinião exige a utilização da argumentação e incrementa a discussão de problemas referentes aos interesses da sociedade como um todo. Sendo assim, segundo Silva (2008), a compreensão e a produção de artigos de opinião pelo indivíduo tornam uma pessoa menos passiva, menos alienada do mundo social.

O artigo de opinião contribui para a qualidade do ensino na escola básica, auxiliando a compreensão (leitura) e a produção de textos (escrita). Há especialistas que já trabalharam e trabalham confiando nesse gênero. O jornal funciona, no contexto do ensino, como instrumento fundamental, aproximando a escola à realidade. Nesses termos, para Silva (2008, p. 125), “o artigo de opinião é um gênero textual em que são confrontadas posições, pontos de vista sobre temas diversos que dizem respeito a questões relevantes à participação social da grande maioria de cidadãos e cidadãs de uma aglomeração humana.”

Um outro trabalho que aborda o gênero artigo de opinião é o de Bräkling (2000). Esta autora apresenta um trabalho intitulado ‘Trabalhando com Artigo de Opinião: Revisitando o Eu no Exercício da (re) significação da palavra do outro’. Segundo Bräkling (2000, p.226), o artigo de opinião possui o objetivo de convencer o leitor acerca da ideia definida e da refutação de opiniões divergentes. O artigo de opinião apresenta dados que tornam a opinião consistente e possibilitam o convencimento do leitor.

Bräkling (2000, p. 237) analisa o trabalho desenvolvido e organizado a partir do tratamento didático proposto pelo grupo de Genebra. Tomando como referência os resultados obtidos, ela destaca que “os resultados parecem nos autorizar a confirmar a eficácia de um projeto como esse”.

Semelhantemente a Bräkling, Rodrigues (2000) aborda o ensino do artigo de opinião. A autora ressalta as condições que envolvem o gênero: o sujeito deve (i) assumir a posição de autor; ter em vista os possíveis leitores do seu texto; (ii) considerar o contexto institucional e social no qual está inserida sua produção escrita; (iii) eleger o assunto a ser tratado; (iv) posicionar-se diante do assunto e até das outras opiniões sobre o mesmo.

Segundo Rodrigues (2000, p. 213), o ensino de gêneros textuais do domínio jornalístico é importante porque esses gêneros “marcam o reconhecimento da força político-ideológica que essa instituição (jornal) exerce na conjuntura social atual”.

Souza (2005), em seu artigo ‘Gêneros Jornalísticos no letramento escolar inicial’, apresenta um estudo a respeito da produção de textos de opinião de crianças em fase de letramento escolar. Neste artigo, a autora faz um recorte de sua tese de doutorado ‘As proezas das crianças: das mal traçadas linhas ao texto de opinião’. Seu estudo acompanhou o desenvolvimento longitudinal de crianças, da pré-escola à primeira série do ensino fundamental em relação à produção de textos de opinião.

Souza (2005, p. 72) propõe algumas sugestões didáticas para os professores que trabalham com letramento inicial. Seu trabalho resultou na publicação em 2003 de seu livro ‘As proezas das crianças em textos de opinião’.

Outro trabalho que aborda a análise e descrição do gênero artigo de opinião no contexto de sala de aula é o de Kleiman (2008), o ensaio ‘Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna’. Seu trabalho apresenta algumas contribuições dos estudos do letramento — o estudo das práticas relacionadas à escrita em toda atividade da vida social — para a formação do professor de língua materna. Segundo a autora, o gênero artigo de opinião não constitui objeto de pesquisa propriamente dito (no referido ensaio), mas é abordado como suporte durante a análise que ela faz de textos apresentados como artigo de opinião, num kit do *Escrevendo o futuro*.

Em relação à tentativa de didatização dos gêneros para o contexto escolar, Kleiman considera o material do Programa *Escrevendo o futuro* imprescindível e altamente pertinente, considerando-se o baixo número de materiais de divulgação científica para a formação do professor, produzidos no país. A autora avalia como promissora a metodologia de apresentação dos conteúdos (no Programa) e como suporte de qualidade o material oferecido aos professores, apresentados com base em teorias adequadas para a descrição textual. A proposta das Olimpíadas de Língua Portuguesa leva ao ensino de atividades que

fazem parte (ou deveriam fazer) de um evento altamente competitivo, além de lúdico, com metas bem definidas e agradáveis, promissoras de futuros ganhos e potencialmente enriquecedores em diversos aspectos.

Em seu trabalho, Kleiman considera que no sistema educacional brasileiro, novas mudanças vêm ocorrendo, criando situações de incerteza que têm levado à desestabilização, por exemplo, do professor-alfabetizador e do professor de língua materna. As mudanças estabelecem novas exigências e deveres dos profissionais do ensino, esquecendo de seus direitos, contribuindo assim para o desânimo entre esses profissionais.

A autora aponta várias razões para a atual situação de insatisfação do profissional de ensino de língua no Brasil: as incertezas do professor face à mudança paradigmática profissional, que coincide com um ambiente de desprestígio e irritação dos docentes; o desconhecimento, por parte do alfabetizador e do professor de língua portuguesa, das teorias de linguagem que embasam os documentos oficiais, etc.; e, para a instabilidade, as complexas relações entre o professor e os órgãos que formam e regulam a carreira docente, a ligeireza com que teorias sobre a linguagem são adotadas e adaptadas por professores e coordenadores pedagógicos, etc.

Kleiman ressalta que a questão deve ser vista como de suma importância no ensino, e vem exigindo grandes esforços dos pesquisadores neste sentido. Cita como exemplo deste esforço, o texto dos PCNs para o 2º ciclo do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries do EF de oito anos), e afirma que, relativamente à produção textual, sem dúvida, a mais reflexiva de todas as atividades de linguagem, espera-se que o aluno seja capaz de escrever o que estabelecem os PCNs:

[...] textos considerando suas condições de produção: finalidade; especificidade do gênero; lugares preferenciais de circulação; interlocutor eleito (BRASIL, 1998, p. 59).

Isso implica, sob a perspectiva do ensino, que é relevante, na formação do professor, a capacidade de ele atualizar, com base na prática social, seus conhecimentos sobre o funcionamento dos gêneros como elementos orientadores da prática de produção textual dos seus alunos. Para fazer isso, o professor precisa conhecer o funcionamento dos textos, precisa compreender os amplos e diversificados saberes linguísticos.

Nos artigos analisados em seu trabalho, Kleiman considera que duas produções de alunos, dadas como artigo de opinião (no *Escrevendo o futuro*), não o são, constituem-se apenas textos em apresentação de problema. A autora sugere que isto se deva às óbvias dificuldades composicionais de ambos os textos. E o fato de o artigo de opinião ser o gênero menos escolhido no concurso, são índices da pouca familiaridade do aluno com o gênero (e, por extensão, da menor familiaridade do professor com situações de ensino do referido gênero). Assim, tais textos, apesar de terem seguido os aspectos formais do modelo fornecido, não se constituem artigos de opinião.

O descompasso entre o ensino pretendido e o realizado diz respeito à complexidade de uma situação de uso da língua escrita que a autora considera, em primeiro plano, a situação de comunicação, e que extravasa, por isso, o escopo das análises dos também complexos aspectos textuais (do gênero em questão), que são passíveis de teorização linguística e textual (e o tem sido tradicionalmente). Os textos analisados nos mostram que o ato de escrever, ou a solicitação para que se escreva um artigo de opinião (ou um poema, ou um relato de memórias) são ressignificados na escola, em função do produto (nesse caso, coincidente com o interesse do concurso).

Para Kleiman, um texto pertence ao gênero artigo de opinião quando os elementos enunciativo-discursivos (ou retóricos, segundo alguns autores, como VIGNER, 1987) e os aspectos composicionais e estilísticos se complementam. Entretanto, esses aspectos não confluem nos textos em exame (em seu artigo), marcados por uma hibridização que parece ser resultante de distintos condicionantes da situação social: os da situação escolar do aluno e do professor, a qual procura adequar seu texto às exigências do concurso, e os da vida cotidiana desse mesmo aluno.

Para esta dissertação, foi levantada como questão principal da pesquisa: Como se estrutura a distribuição das informações destacadas no artigo de opinião, com base na organização retórica apresentada por Swales (1990), considerando os exemplos apresentados pelo Programa *Escrevendo o Futuro*?

Delimita-se, portanto, como objeto de estudo (deste trabalho), o gênero textual artigo de opinião, com base na metodologia de Swales (1990). Buscam-se a organização retórica e o propósito comunicativo do gênero, numa amostra de 9 textos de artigo de opinião, publicados na seção ‘Textos recomendados’ do fascículo Pontos de Vista, disponibilizados no “Caderno do professor – orientação para produção de textos”, do Programa *Escrevendo o*

Futuro, entre os anos de 2002 e 2008, e no livreto das Olimpíadas de Língua Portuguesa, também do *Escrevendo o Futuro*, do ano de 2008. Nesses termos, esta dissertação tem como objetivo verificar, com base nos estudos sócio-retóricos de gêneros textuais (SWALES, 1990; BONINI, 2004), se os referidos textos apresentados como exemplos do gênero artigo de opinião no contexto escolar, apresentam uma estrutura de composição regular para se configurarem como gênero e analisar se constituem novo gênero ou uma reconfiguração da dissertação escolar, com base em textos do fórum do portal *Escrevendo o futuro*⁴.

Por abordar um fenômeno da linguagem voltado ao ensino, este estudo integra-se ao grupo de pesquisa GADIPE (Grupo de Análise do Discurso: Pesquisa e Ensino)⁵, especificamente ao projeto Letramento, Ensino e Sociedade, do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Por sua vez, o referido projeto integra-se ao “Ler&Ser, diminuindo o analfabetismo funcional”, projeto coordenado pela Professora *Emeritus* Leonor Scliar-Cabral, em parceria interinstitucional entre UNISUL, UFSC, FURB e SOCIESC.

Quanto a sua organização, o trabalho divide-se em cinco capítulos. No primeiro, foi apresentada a introdução, com a apresentação e justificativa da proposta, seguida dos objetivos. No segundo, faz-se a explanação da fundamentação teórica que dá suporte ao trabalho. No terceiro capítulo, é apresentada a metodologia da presente pesquisa, a qual se pauta pela abordagem sócio-retórica de análise de gênero, trilhando os procedimentos metodológicos de Swales (1990) e a perspectiva teórico-metodológica de Bonini (2004), que fixa a análise de gêneros em dois níveis: macro e microestruturas⁶. No quarto capítulo, são apresentadas a análise e a discussão dos dados. Por último, o capítulo das considerações finais.

⁴ Para verificarmos a hipótese de que o gênero artigo de opinião seria ou não uma reconfiguração da dissertação escolar, foi aberto um fórum de discussão sobre a questão, no Portal da Comunidade Virtual *Escrevendo o Futuro*, para ouvirmos os profissionais que participaram das Olimpíadas de Língua Portuguesa, e que trabalharam todo o ano de 2008 com o referido gênero, nas escolas públicas de todo o Brasil.

⁵ O GADIPE, coordenado pela professora Maria Marta Furlanetto, volta-se, especificamente, para a **pesquisa** e o **ensino** de língua.

⁶ Observamos que, na presente pesquisa, a adoção da perspectiva teórico-metodológica de Bonini (2004) limita-se apenas à adaptação que o referido autor fez da metodologia de Bhatia, para o estudo de gênero, conforme ilustrações 5 e 6.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo está dividido em cinco seções que vão abordar os fundamentos teórico-metodológicos que vão subsidiar o presente estudo. Como o objeto de investigação consiste no estudo da linguagem em USO, textualizada por uma comunidade social a partir de estruturas relativamente estáveis, firmam-se os seguintes fundamentos: letramento, textualização e gêneros textuais.

Por fim, vamos contextualizar o Programa *Escrevendo o Futuro*, bem como sua extensão que deu origem às Olimpíadas de Língua Portuguesa, programas que didatizaram o ensino do gênero artigo de opinião para o contexto escolar.

2.1 LETRAMENTO

A palavra letramento surgiu na segunda metade dos anos 80 nas comunicações dos especialistas nas áreas da Educação e das Ciências Lingüísticas. A palavra letramento surgiu pela primeira vez em Kato (1986, p. 7):

Acredito ainda que a chamada norma padrão, ou a língua falada culta, é consequência do letramento, motivo porque, indiretamente, é função da escola desenvolver no aluno o domínio da linguagem falada institucionalmente aceita.

A palavra não foi definida pela autora. Em 1988, Leda Verdiani Tfouni, em seu livro: *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*, lança a palavra letramento no mundo da educação, procurando dar uma definição e distinguindo de alfabetização. Em 1995, Ângela Kleiman destaca a palavra no título de seu livro: *Os significados de letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Para a autora (2005, p.15), o conceito de letramento começou a ser usado nos meios acadêmicos como tentativa de separar os estudos sobre o “impacto social da escrita” dos estudos sobre a alfabetização, destacando as

competências individuais no uso e na prática da escrita. Kleiman (2005 p. 19) entende letramento:

Como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos (cf. SCRIBNER e COLE, 1981 apud KLEIMAN, op. cit).

O fenômeno do letramento, segundo Kleiman (2005), extrapola o mundo da escrita, indo além da alfabetização, aquisição de códigos (alfabético e numérico). Para Soares (2002, p.20), “não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também, saber fazer uso do ler e escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente”.

Letramento é definido por Soares (2002, p. 18) como “o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”. A palavra letramento é uma tradução para o português da palavra inglesa *literacy*, que é a condição de ser letrado. A autora assinala a diferença entre saber ler e escrever, ser alfabetizado, e viver na condição ou estado de quem sabe ler e escrever, ser letrado. Para Soares (2002, p.36):

A pessoa que aprende a ler e a escrever – que se torna alfabetizada – e que passa a fazer uso da leitura e da escrita, a envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita – que se tornam letradas – é diferente de uma pessoa que não sabe ler e escrever – é analfabeta – ou, sabendo ler e escrever, não faz uso da leitura e da escrita – é alfabetizada, mas não é letrada, não vive no estado ou condição de quem sabe ler e escrever e pratica a leitura e a escrita.

As palavras: estado ou condição são importantes para compreender as diferenças entre analfabeto, alfabetizado e letrado, evidencia Soares. Analfabeto é definido por Soares (2002, p.30) como “aquele que não conhece o alfabeto, que não sabe ler e escrever”. Ela destaca que o analfabetismo é um estado, uma condição daquele que é analfabeto, e a alfabetização, a ação de alfabetizar, de tornar a pessoa capaz de ler e escrever, ser alfabetizada, e viver na condição ou estado de quem sabe ler e escrever, ser letrado. A autora pressupõe que a pessoa que aprende a ler e a escrever e passa a usar a leitura e a escrita, a envolver-se em práticas de leitura e de escrita, torna-se uma pessoa diferente. A pessoa letrada já não é a mesma, ela passa a ter outro estado ou outra condição nos vários aspectos: cognitivo, social, cultural, linguístico, entre outros.

O ideal para Soares (2002) seria levar as pessoas a alfabetizar letrando, ou seja, “ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado”. Então a alfabetização com letramento também é abordada na Proposta Curricular de Santa Catarina – PCSC (2005), que reconhece a complexidade da ação docente e apresenta sugestões para subsidiar os educadores em seu fazer pedagógico. O aprofundamento dos princípios teórico-metodológicos é evidenciado no referido documento, possibilitando ao educador a reflexão e compreensão destes conceitos.

Os conceitos de alfabetização e letramento de Soares (2004) são adotados pela Proposta Curricular/SC (2005, p. 24):

Se alfabetizar significa orientar a própria criança para o domínio da tecnologia da escrita, letrar significa levá-la ao exercício das práticas sociais da leitura e escrita. Uma criança alfabetizada é uma criança que sabe ler e escrever, uma criança letrada (...) é uma criança que tem o hábito, as habilidades e até mesmo o prazer da leitura e da escrita de diferentes gêneros de textos, em diferentes suportes ou portadores, em diferentes contextos e circunstâncias (...) alfabetizar letrando significa orientar a criança para que aprenda a ler e a escrever levando-a a conviver com práticas reais de leitura e escrita (SOARES, 2004 – *apud* PCSC, 2005).

Ser alfabetizado, isto é, saber codificar e decodificar a escrita, por meio do código linguístico, torna-se condição insuficiente para responder de forma adequada às exigências do mundo contemporâneo. É preciso ir além da apropriação do código escrito; é necessário exercer as práticas sociais de leitura e escrita nas diversas situações da vida em sociedade.

Nesse sentido, torna necessária a compreensão dos termos letramento e alfabetização. Saber diferenciá-los para trabalhar com os educandos num envolvimento maior com relação ao uso da leitura e da escrita e ser empregado nas situações do dia a dia de forma adequada constitui desafio no processo de ensino e aprendizagem de tais habilidades. Enfatizando a importância para a educação dos termos citados, a Proposta Curricular de Santa Catarina – Estudos Temáticos (2005, p. 23) estabelece a compreensão de alfabetização e letramento, destacando “a reorganização do ensino, com reformulação e ressignificação dos novos modos de ensinar, conquistando espaço e credibilidade no discurso de teóricos, de especialistas e de educadores”. Para a Proposta (2005, p. 24), letramento refere-se:

ao processo de inclusão e participação na cultura escrita, envolvendo o uso da língua em situações reais. Ou seja, constitui conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades indispensáveis para o uso da língua em práticas sociais que requerem

habilidades mais complexas (leitura nas entrelinhas, interpretação com coerência, coesão e funcionalidade).

Este processo de aprendizagem da leitura e escrita é tarefa difícil, mas necessário e indispensável ao educando para conviver e participar de práticas sociais.

O ensino da leitura e da escrita vem trazendo muitas reflexões e preocupações para pais, educadores e representantes governamentais, devido ao baixo rendimento do desenvolvimento destas habilidades, encontrados nas vivências e atuações dos indivíduos em nossa sociedade letrada. Embora haja envolvimento das instituições públicas e de educadores nos projetos e ações educativas, o problema dos índices de repetência, fracasso escolar e evasão continuam elevados em todo o território nacional. Diversos fatores contribuem para este problema, destacam-se, aqui, aqueles de evidência pedagógica relativos às práticas de letramento escolar, com um ensino mecânico e fragmentado nas situações de leitura e escrita.

Soares (2007, p. 18) apresenta Brian Street, que introduziu os conceitos de letramento autônomo e letramento ideológico. Street (1984) apresenta a dimensão social do letramento, caracterizando como “modelo ideológico” de letramento, em oposição ao “modelo autônomo”. Segundo Street (1984, p.1), letramento é “um termo-síntese para resumir as práticas sociais e concepções de leitura e escrita”. Para o autor, o termo letramento tem um significado político e ideológico de que não pode ser separado e não pode ser tratado como se fosse um fenômeno “autônomo”. A verdadeira natureza do letramento, afirma Street, são as formas que as práticas de leitura e escrita concretamente assumem em determinados contextos sociais, que depende das instituições sociais que propõem e determinam essas práticas.

No interior das salas de aula, as atividades pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem da leitura e produção da escrita envolvem textos e assuntos que, muitas vezes, não despertam interesse nos educandos, pois são desvinculados de seu contexto social, sem finalidade, sem função social e o educando, ao sair do ambiente educacional, no seu dia a dia, sente dificuldade de participação e de atuação. O ensino de língua materna desenvolve-se de forma fragmentada, de uma aprendizagem mecânica, apenas para cumprir obrigações ao educador e sem conexão com a realidade ou função social.

2.2 TEXTUALIZAÇÃO

Os textos sempre se manifestam em um determinado gênero textual, portanto, faz-se necessário o conhecimento do seu funcionamento para sua leitura e produção no contexto escolar. Estão-se tomando como foco o estudo da linguagem em uso, vamos abordar o modo como os textos se materializam em práticas efetivas da linguagem.

A ideia de que texto eram apenas os registros que empregavam uma linguagem cuidadosa não se firma mais: hoje se pensa de outra maneira, o conceito de texto mudou muito com o avanço dos estudos linguísticos, discursivos, semióticos e literários.

Costa Val (2004, p. 2) define texto assinalando um ponto importante em sua definição: que o texto seja capaz de fazer sentido numa situação de interlocução. Para a autora, texto é “qualquer produção linguística, falada ou escrita, de qualquer tamanho, que possa fazer sentido numa situação de comunicação humana, isto é, numa situação de interlocução”.

Koch (1998) aborda a produção de texto como “uma atividade verbal, a serviço de fins sociais, portanto, inserida em contextos mais complexos de atividade”. Nesses termos, a produção de texto é tida como uma atividade interacional que leva em consideração o momento e o espaço em que o falante se situa. Para a autora, a presença do outro é condição necessária para a existência do texto.

O texto expressa ideias que giram em torno de um tema presente na realidade social. Ao produzir o texto, espera-se que o leitor conheça e tenha competência para discuti-las, participando desta interação.

A produção linguística, em um determinado momento, pode parecer incompreensível, inadequada, inaceitável, para certo grupo, mas pode ser perfeitamente entendida e considerada como sem qualquer dificuldade por outros interlocutores. Para Costa Val (2004), “o sentido não está no texto, não é dado pelo texto, mas é produzido por locutor e alocutário a cada interação, a cada “acontecimento” de uso da língua”. A autora usa o termo locutor para designar a figura do autor ou produtor do texto; o termo alocutário, para designar a figura do destinatário ou receptor do texto. Então, podemos considerar que todo texto pode fazer sentido, numa determinada situação, interação, para determinados interlocutores, a cada

uso da língua. Para Koch (2000) “(...) há uma preocupação básica em levar o aluno não apenas ao conhecimento da gramática de sua língua, mas, sobretudo ao desenvolvimento da capacidade de refletir; de maneira crítica sobre o mundo que o cerca, sobre a utilização da língua como instrumento de interação social: e que o indivíduo se torne apto a compreender, analisar, interpretar e produzir textos verbais”.

Koch (2005) destaca que, para o processamento textual, concorrem três grandes sistemas de conhecimento: o lingüístico, que compreende o conhecimento gramatical e o lexical com a responsabilidade entre articulação som-sentido; o enciclopédico, aquele que se encontra armazenado na memória; o sociointeracional, conhecimento sobre as ações verbais.

As estratégias cognitivas para Koch (2005, p.50 - 51) destacam-se num sentido restrito, como “aquelas que consistem na execução de algum cálculo mental por parte dos interlocutores” e o sentido amplo “por meio das quais o ouvinte ou leitor, partindo da informação vinculada pelo texto e levando em conta o contexto, (...) constrói novas representações mentais e/ou estabelece uma ponte entre segmentos textuais, ou entre informação explícita e informação não explícita no texto”.

As autoras Hemais e Biasi-Rodrigues (2005, p. 109) destacam o pensamento de Swales, segundo o qual o texto “deve ser visto em seu contexto e não pode ser completamente entendido e interpretado apenas por meio de uma análise de elementos linguísticos”. Swales argumenta ainda que o conhecimento em torno do texto em si é insuficiente para quem precisa redigir no contexto acadêmico.

Para o ensino de leitura e da escrita, unimos à definição de texto, outros dois conceitos: textualidade e textualização. Robert-Alain de Beaugrande e Wolfgang Dressler, no livro *Introduction to Text Linguistics*, de 1981, definem o termo textualidade como o conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma sequência de frases ou palavras. Mais tarde, o próprio Beaugrande rediscutiu essa definição, propondo uma estreita relação entre a textualidade e o processo de textualização.

Outros estudiosos, como Jean-Paul Bronckart e Bernard Schneuwly, também têm empregado o termo textualização, mencionando aos processos de produção e interpretação de textos.

Textos literários, jurídicos, religiosos, noticiosos, ou da conversa cotidiana, podem ser interpretados diferentemente por pessoas diferentes. Isso acontece porque cada texto pode ser textualizado de maneiras diferentes por diferentes ouvintes ou leitores.

Costa Val (2004, p. 114) apresenta uma definição de textualidade como “todo conjunto de palavras com que se defrontam, buscando fazer com que essas palavras possam ser entendidas como um texto – compreensível, normal, com sentido”. A textualidade não é algo que está no texto, mas como um componente do saber linguístico das pessoas. Portanto, as pessoas têm o conhecimento de que, para um conjunto de palavras constituírem um texto, é necessário que esse conjunto demonstre um todo articulado, com sentido, sendo pertinente e adequado à situação.

Na produção e interpretação de um texto, os interlocutores se amparam de crenças e conhecimentos que fazem parte da história e da cultura de sua sociedade, conhecimentos e crenças que lhes vieram sob a forma de textos – falados e escritos – na família, na escola, na igreja, no trabalho, no jornal, no rádio, na TV, na literatura, etc. Cada texto, como diz Bakhtin (1992) é como um elo na grande corrente de produções verbais que circulam numa sociedade. Cada texto retoma textos anteriores, reafirmando uns e contestando outros textos futuros.

Bakhtin (2003) considera que todo texto, mesmo quando é produzido por um só agente, é orientado para um destinatário, devendo ser objeto de uma análise que incide sobre os diversos traços dessa interação entre autor e destinatário. Para Bakhtin (2003), a palavra sozinha não expressa qualquer juízo de valor, a palavra não é de ninguém, a menos que proferida por um sujeito constituído nas relações sociais e na história e ouvida por outro, que também é sujeito dessa forma constituído.

Conforme Bakhtin (2003, p. 265), o estilo está determinado pelas escolhas lexicais, fraseológicas e gramaticais da língua. Ainda segundo o mesmo autor, “o estilo está indissolúvelmente ligado ao enunciado e a formas típicas de enunciados”. Koch e Elias (2006, p. 110) exemplificam:

Em se tratando de estilo, na poesia, há a expressão máxima do trabalho do autor nas escolhas realizadas para a constituição do dizer; no artigo de opinião, geralmente, exigem-se características do estilo de comunicação formal, dirigida a um grupo privilegiado social, econômica e culturalmente.

No processo de textualização, um mesmo texto pode ser considerado incompreensível e impróprio por determinados interlocutores, em determinada situação, e ser considerado plenamente inteligível e adequado por outros interlocutores, noutra situação. Segundo Costa Val (2004, p. 117), textualização diz respeito ao processo de “recompôr as condições em que o texto foi produzido”. Num contexto mais amplo, textualização diz

respeito à produção, leitura e interpretação de um texto, que é diferente quando feita por pessoas diferentes. Assim, “essa diversidade de interpretações acontece porque cada texto pode ser textualizado de maneiras diferentes por diferentes ouvintes ou leitores” (COSTA VAL, 2004, p. 114).

2.3 GÊNEROS TEXTUAIS

Os gêneros circulam em toda a comunidade como formas organizadoras da vida social, contribuindo para a ordenação e estabilização das atividades comunicativas do cotidiano. Os gêneros são dinâmicos, resultado das tarefas coletivas. Para Marcuschi (2007), “são entidades sócio-discursivas e também formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa”. As ações humanas vêm expandindo rapidamente nas atividades sócio-culturais, nas inovações tecnológicas pelas quais propiciam o surgimento de novos gêneros textuais e novas formas de comunicação, tanto na oralidade como na escrita.

Para Bakhtin (1997), os gêneros são enunciados relativamente estáveis, possibilitando o seu reconhecimento e uso pelos membros das esferas, pois a linguagem só se realiza em gêneros, e, portanto, o número e a diversidade dos gêneros são infinitos. Novos gêneros sempre vão surgindo, enquanto outros caem em desuso em função das variadas atividades humanas ao longo da história.

Mesmo com todos os elementos definidos acima, é consenso entre os estudiosos do gênero textual a dificuldade de definição. Marcuschi (2005, p. 22), ao definir o gênero textual, destaca que:

“[...] é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto. Em outros termos, partimos da ideia de que a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual”.

Bakhtin (1997), e outros autores adotam essa posição, aborda a língua em seus aspectos discursivos e enunciativos, como atividade social, histórica e cognitiva. Para Marcuschi (2005, p.22), “[...] a língua não é vista como um espelho da realidade, nem como

um instrumento de representação dos fatos”, é apresentada como uma forma de ação social e histórica, compondo a realidade.

A distinção entre gêneros e tipos textuais é apresentada por Marcuschi (2005, p. 22) com as seguintes definições:

(a) Usamos a expressão tipo textual para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.

(b) Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.

Deve-se ter o cuidado de não confundir as expressões tipo textual e gênero textual. Para a noção de tipo textual, tem-se o predomínio das sequências linguísticas e, para a noção de gênero textual, o predomínio dos critérios de ação prática. Marcuschi (2005, p.25) apresenta o equívoco empregado à expressão “*tipo de texto*” muito utilizado nos livros didáticos e no cotidiano, que não designa um tipo, mas sim um gênero de texto.

Marcuschi (2005, p. 23) elabora um quadro sinóptico, procurando dar uma maior visibilidade para as definições e a funcionalidade dos conceitos acima, conforme ilustração abaixo:

TIPOS TEXTUAIS	GÊNEROS TEXTUAIS
1. constructos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas;	1. realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas;
2. constituem sequências linguísticas ou sequências de enunciados no interior dos gêneros e não são textos empíricos	2. constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas;
3. sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal;	3. sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função;
4. designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição	4. exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea,, conferência, carta eletrônica, bate-papo virtual, aulas virtuais, etc.

Ilustração 1 – Definição de tipo e gênero textual

Segundo Marcuschi (2005, p.25), é importante compreender que os gêneros não são entidades formais, os gêneros são entidades comunicativas, “[...] são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos.

A linguagem é uma atividade verbal e modifica-se através dos tempos em função do desenvolvimento social, da influência de outras culturas: com o próprio passar do tempo traz modificações. A quantidade e a diversidade de gêneros orais e escritos que circulam no dia a dia, como: carta, notícia, reportagem, romance, soneto, conto, catálogo de telefones, e-mail, sermão religioso, pronunciamento político, diário, prova escolar, fofoca de comadre, piada, trova, canção popular, anúncio classificado, propaganda, discurso de paraninfo de formatura, terço, novena, receita culinária, telefonema, bilhete, aula expositiva, lista de compras, bula de remédio, cardápio, resenha, edital de concurso, bate-papo virtual, etc, são inesgotáveis, há sempre novos gêneros sendo criados e outros caindo em desuso, em função das diferentes atividades exercidas pelo homem ao longo de sua história. Estudos feitos por lingüistas alemães chegaram a nomear mais de 4.000 gêneros, por isso, torna-se difícil a elaboração de uma classificação geral dos gêneros.

Bakhtin (2003, p. 262):

A riqueza e a diversidade de gênero do discurso⁷ são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida em que se desenvolve e se complexifica um determinado grupo.

Numa outra perspectiva, os gêneros são eventos comunicativos caracterizados por propósitos comunicativos e conhecidos mutuamente por membros de um mesmo meio social. Segundo Swales (1990), o gênero materializa-se em determinada situação sócio-histórica e comunicativa, não se apresentando como forma pronta e acabada.

Miller (1994, p. 71) apresenta o gênero como:

Um constituinte específico e importante da sociedade, um aspecto maior de sua estrutura comunicativa, uma de suas estruturas de poder que as instituições controlam. Podemos entender gênero especificamente como aquele aspecto da comunicação situada que é capaz de reprodução que pode se manifestar em mais de uma situação e mais de um espaço-tempo concreto.

Os textos (orais e escritos) podem ser concebidos como eventos comunicativos dotados de propósitos comunicativos. Conforme Swales (1990, p. 58), em sua definição:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva original e constituem a razão do gênero. A razão subjacente dá o contorno da estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é o critério que é privilegiado e que faz com que o escopo do gênero se mantenha enfocado estreitamente em determinada ação retórica compatível com o gênero. Além do propósito, os exemplares do gênero demonstram padrões semelhantes, mas com variações em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público-alvo. Se forem realizadas todas as expectativas em relação àquilo que é altamente provável para o gênero, o exemplar será visto pela comunidade discursiva como um protótipo. Os gêneros têm nomes herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados por outras comunidades. Esses nomes constituem uma comunicação etnográfica valiosa, porém normalmente precisam de validação adicional.

Os gêneros textuais não se caracterizam como formas estruturais estáticas e determinadas definitivamente. Bakhtin (1997), já mencionado, registrava que os gêneros eram

⁷ Bakhtin se apropria do termo gênero do discurso como enunciado relativamente estável, mas esta dissertação utilizará, em toda a sua extensão, o termo gênero textual, como ficou convencionado entre os autores que adotaram a concepção sócio-retórica dos gêneros.

tipos “relativamente estáveis” de enunciados elaborados pelas mais diferentes esferas da atividade humana. Segundo Marcuschi (2005, p.29), “são muito mais famílias de textos com uma série de semelhanças. Os gêneros são eventos linguísticos, mas não se definem por características linguísticas: caracterizam-se, como já sinalizada anteriormente, enquanto atividades sócio-discursivas. Swales (1990, p. 33) enfatiza que “hoje, gênero é facilmente usado para referir uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias”. Portanto, os gêneros não são entidades naturais, mas são elementos culturais construídos historicamente pelo indivíduo. Conforme as autoras Hemais e Biasi-Rodrigues (2005, p. 113), Swales e os estudiosos levam em consideração o contexto do discurso. Carolyn Miller (1984) que sugere a necessidade de perceber no gênero não a forma discursiva, mas, em vez disso, a ação social realizada pelo gênero.

O gênero como fenômeno social e não apenas fato linguístico, é definido por Miller (1994, p. 71) como:

Um constituinte específico e importante da sociedade, um aspecto maior de sua estrutura comunicativa, uma de suas estruturas de poder que as instituições controlam. Podemos entender gênero especificamente como aquele aspecto da comunicação situada que é capaz de reprodução que pode se manifestar em mais de uma situação e mais de um espaço-tempo concreto.

Os gêneros são passíveis de contínuas transformações, alterações, assim como as atividades humanas são dinâmicas e abertas à remodelagem, modificações, capazes de absorver o novo e a mudança. Os gêneros se apresentam em situações reais e circulando na vida diária, com padrões característicos na sua composição, estilo e propósitos, estabelecendo valores socioculturais, nas diversas e variadas situações e eventos sociais.

Bonini (2004, p. 3) lembra que é muito complicado conceituar o gênero textual, pois “os gêneros variam em aspectos diversos”, tornando difícil mostrar suas características em comum.

Figueiredo e Bonini (2006, p. 420) destacam que, em “termos de pedagogia de letramento, entendem-se gêneros como as diferentes formas que um texto pode assumir dependendo dos diferentes objetivos sociais que esse texto pretende alcançar”. Para os autores, “os textos assumem padrões estruturais relativamente previsíveis de acordo com padrões de interação social dentro de determinada cultura. Em outras palavras, a padronização textual se combina com a padronização social na forma de gêneros”.

Os autores Paré e Smart (1994, p. 146) sugerem duas perguntas no estudo de gêneros concebidos como ação social: “O que, além de textos, são os elementos constitutivos observáveis de um gênero? E quais são as relações entre tais elementos?” Os autores têm observado a necessidade de se consultar os usuários para verificar as regularidades relevantes acerca dos gêneros utilizados, a fim de estabelecer, além das características textuais do gênero, também os papéis sociais assumidos por seus usuários. Paré e Smart apontam os elementos a examinar em um estudo que tivesse por pressuposto teórico a noção de gênero como ação social:

Um conjunto de textos, os processos de composição implicados na criação destes textos, as práticas de leitura usadas para interpretá-los e os papéis sociais desempenhados por escritores e leitores.

Os autores indicam que a análise dos movimentos retóricos de textos pertencentes a um mesmo gênero seria um dos caminhos para verificar a existência de regularidades na organização da informação. Para a investigação dos papéis sociais desempenhados por autores e leitores dos textos, seria contemplada a observação de suas atribuições, do grau de poder que detém para tomar decisões, das limitações que encontram na realização de tarefas, do grau das relações que se estabelecem entre os usuários do gênero. Paré e Smart (1994, p.149) apresentam:

As características genéricas dos papéis e das relações determinam o que pode e o que não pode ser feito e dito por certos indivíduos, assim como quando, como, onde e para quem.

Os vários gêneros textuais apresentam características formais e linguísticas muito distintas. Escrever um conto é muito diferente de escrever uma reportagem ou um texto de opinião, por exemplo. Cada um dos gêneros tem uma finalidade bastante específica, por isso apresenta características muito particulares. Assim, é preciso que o professor, em cada um dos casos, oriente diferentemente o aluno, para produzirem ou analisarem eventos linguísticos os mais diversos, tanto escritos como orais, e identifiquem as características de gênero em cada um.

Para Schneuwly e Dolz (1999), a escola sempre trabalhou com a narração, descrição e dissertação ou com o estudo de gêneros literários, como o conto ou a crônica. A inovação consiste em fazer com que a aprendizagem dos gêneros que circulam fora da escola

- os literários, jornalísticos ou mesmo os gêneros cotidianos - seja significativa para o aluno e contribua para um domínio efetivo de língua, possibilitando seu uso adequado fora do espaço escolar.

Segundo os autores, os diferentes gêneros textuais são mobilizados pelas pessoas de acordo com a condição específica da situação de comunicação em que se encontram, oralmente ou por escrito (desde um simples cumprimento matinal até a elaboração de um programa de televisão ou de um artigo científico), e devem ser escolhidos conforme o contexto para serem bem compreendidos. Segundo Schneuwly (2004, p. 23), “o gênero é um instrumento”. Um instrumento que proporciona uma atividade dá-lhe certa forma, mas que esse mesmo instrumento representa também essa atividade, materializando-a.

Do ponto de vista do uso e da aprendizagem, o gênero pode, assim, ser considerado um *megainstrumento* que fornece um suporte para a atividade nas situações de comunicação e uma referência para os aprendizes. (p. 75)

Acompanhando a evolução do estudo dos gêneros até os dias atuais, encontramos uma explosão de descrição de novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto na oralidade como na escrita. Como um dos precursores da teorização do referido estudo, a literatura linguística aponta Bakhtin (1953: 1979, p. 301):

Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros textuais. [...] Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível.

Comparando com as formas da língua, os gêneros, para Bakhtin, são mais fáceis de combinar, mais ágil, porém, para o sujeito falante, não deixam de ter um valor normativo: eles lhe são dados, não é ele que os cria. Contudo Bakhtin divide os gêneros em duas naturezas: gênero primário e gênero secundário. Os gêneros primários são mais simples, não-formalizados, constituem a comunicação discursiva mais espontânea e imediata, estão mais ligados com a realidade, acontecimentos da vida cotidiana, como acontecimento cotidiano, como conversas de salão ou relatos do dia a dia. Os gêneros secundários surgem em níveis de comunicação discursiva mais complexa, desenvolvida e organizada, com predominância da escrita, como um romance, um artigo ou uma tese científica. Os gêneros secundários, no seu processo de formação, absorvem e reelaboram diversos gêneros primários, podendo os gêneros primários estar inseridos (intercalados) nos gêneros secundários.

Para Marcuschi (2005, p. 20), os gêneros textuais surgem, situam-se e integram-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais. São de difícil definição formal, devendo ser contemplados em seus usos e condicionamentos sócio-pragmáticos caracterizados como práticas sócio-discursivas. Quase inúmeros em diversidade de formas, obtêm denominações nem sempre unívoca e, assim como surgem, podem desaparecer.

As mudanças tecnológicas estão cada vez mais aceleradas, percebem-se os equipamentos informáticos e as novas tecnologias de comunicação de forma mais intensiva na vida das pessoas e no cotidiano das instituições (escolares e outras).

A partir das inovações tecnológicas, as modificações promovidas nas atividades linguístico-cognitivas dos indivíduos afetam o processo ensino/aprendizagem da língua na escola e fora dela. O gênero permite prever diferentes situações de comunicação, podendo ser visto na relação com as práticas sociais, os aspectos cognitivos, os interesses, as relações de poder, as tecnologias.

As autoras Hemais e Biasi-Rodrigues (2005, p. 110) fazem menção que Swales “acredita que o conhecimento do gênero depende de conhecimentos além daqueles relevantes ao próprio texto, é um instrumento primordial para quem trabalha com textos em situações profissionais”. Ele se mantém leal a uma abordagem que se sustenta em uma análise linguística que revela muito da construção do texto e das práticas sociais (acadêmicas e profissionais) que determinam as escolhas linguísticas que configuram o texto.

Swales (1990, p. 33) enfatiza que o texto deve ser visto em seu contexto e não somente entendido por meio da análise de elementos linguísticos, destaca a importância para o ensino, sendo que a consciência linguística torna o ensino e a aprendizagem mais eficaz, ele argumenta que o conhecimento em torno do próprio texto não é suficiente para quem precisa produzir textos acadêmicos.

A ideia de gênero de Swales (1990, p. 33) é o resultado de uma soma de vários campos de estudo que, segundo ele, culminam numa postura bastante eclética quanto à noção de gênero.

Segundo Hemais e Biasi-Rodrigues (2005, p.115) Swales apresenta a noção de comunidade discursiva é “empregada em relação ao ensino de produção de texto como uma atividade social, realizada por comunidades que possui convenções específicas e para as quais o discurso faz parte de seu comportamento social”. O discurso manifesta o conhecimento do

grupo e as convenções discursivas facilitam a introdução de novos membros na comunidade, ou seja, os novatos são instigados a usar de forma apropriada as convenções discursivas reconhecidas pela comunidade.

Após a publicação de *Genre Analysis* (1990), com o conceito de comunidade discursiva, Swales provoca muitos debates entre acadêmicos. Tais debates o levaram a revisar o seu conceito em textos posteriores (1992, 1993, 1998b). A comunidade volta a ser apresentada como um grupo harmonioso, mesmo que a discordância pode fazer parte das atividades e da elaboração dos gêneros de uma comunidade. Para Hemais e Biasi-Rdrigues (2005, p.127) apresentam a reelaboração conceitual de Swales para a comunidade discursiva como:

Um grupo que trabalha junto e mantém seu repertório de gêneros, com traços retóricos evidentes e com a força que valida as atividades da comunidade. [...] a comunidade pode abraçar novidades, pois o grupo desenvolve gêneros ao longo de sua existência e tem consciência de que as funções assumidas pelo grupo podem evoluir, incorporando modificações.

As contribuições de Swales para os estudos e aplicações aos gêneros textuais são valiosas, com destaque para a preocupação com o texto (incluindo a estrutura), com o conteúdo e os traços do gênero, e com o contexto (incluindo a comunidade discursiva, seus valores, suas práticas e expectativas). O modelo CARS, outra grande contribuição do autor, apresenta os movimentos retóricos, detalhado na próxima seção.

2.3.1 Modelo CARS

Nesta dissertação, pretende-se analisar o gênero artigo de opinião a partir de pressupostos teóricos desenvolvidos por Swales (1990), o que inclui o modelo, por ele desenvolvido, acerca da análise de gêneros textuais.

Swales (1990, p. 33) destaca que o texto deve ser observado em seu contexto e não apenas compreendido por meio da análise de elementos linguísticos. O conhecimento em volta do próprio texto não é suficiente para quem precisa produzir textos acadêmicos.

Para o autor, a ideia de gênero é a somatória de vários campos de estudo que, segundo ele, resultam numa postura bastante eclética quanto à noção de gênero. Os campos de

estudo que o influenciaram, são onze: estudos das variedades funcionais do inglês; sintaxe; discurso; retórica; estudo das quatro habilidades na aprendizagem; pesquisa na área da aprendizagem; análise do discurso; áreas da linguística; etnografia; teoria de ensino da produção de texto e antropologia.

Ao analisar os gêneros textuais, Swales desenvolveu uma metodologia com base no cruzamento de conteúdos de várias disciplinas, denominada como o modelo CARS (*create a research space*, ou criar um espaço de pesquisa). Conforme Hemais e Biasi-Rodrigues (2005) foram dois os trabalhos que deram origem ao modelo CARS de Swales: no primeiro ocorreu em uma análise com um corpus de 48 introduções de artigos científicos; no segundo, uma análise realizada em 110 exemplares de introduções de três áreas: física, educação e psicologia. Com o resultado deste trabalho, surgiu a primeira versão do modelo CARS, apresentando um quadro de categorias passíveis de aparecer em artigo acadêmico. As categorias fundamentais, denominadas: *moves* ou movimentos (que são grandes operações retóricas realizadas pelo escritor ao produzir o texto), são eles: movimento 1 – Estabelecendo o campo de pesquisa; movimento 2 – Sumarizando pesquisas prévias; movimento 3 – Preparando a presente pesquisa; movimento 4 – Introduzindo a presente pesquisa. Com as críticas dos pesquisadores perante as dificuldades para separar os movimentos 1 e 2, Swales (1990, p. 140), realiza uma revisão, destacando subcategorias, às vezes optativas entre si, denominadas *strops* (passos) que resulta no modelo exposto.

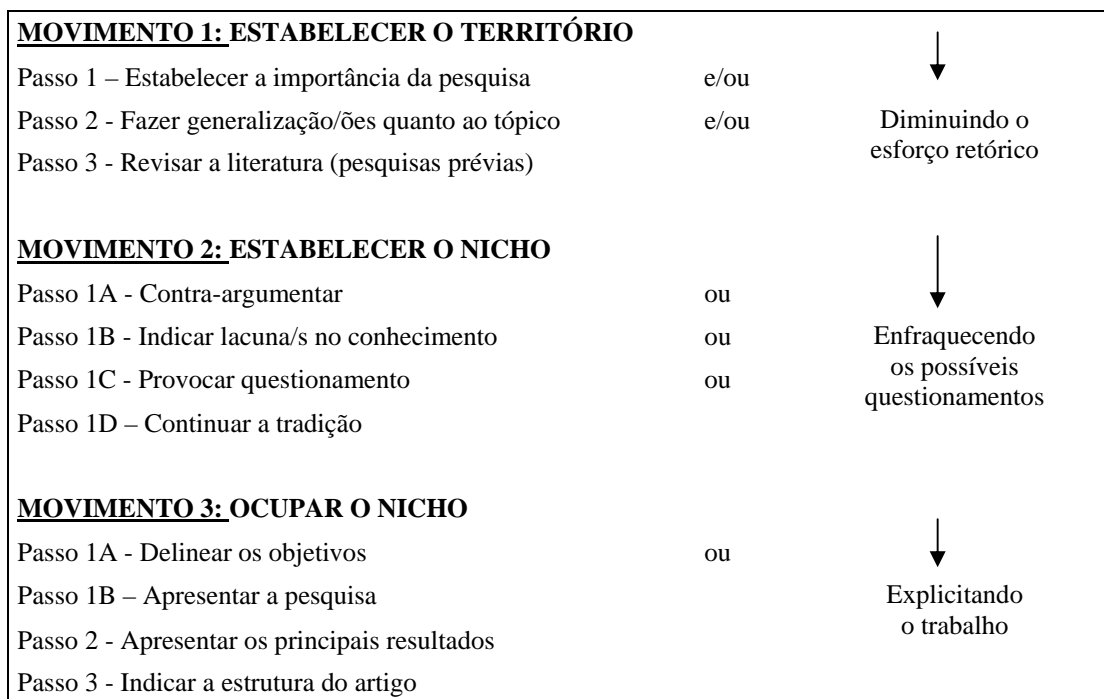


Ilustração 2 – Modelo CARS para introduções de artigos de pesquisa.

Fonte: SWALES, John M. **Genre Analysis: English in Academic and Research Settings**. Cambridge: CUP, 1990, p. 141.

O modelo CARS ficou mais aprimorado ao ganhar algumas possibilidades de desdobramento em cada um dos três movimentos principais que o compõem. O autor subdividiu em passos podendo ser opcionais e obrigatórios, que revelam como as informações são distribuídas nas introduções de artigos de pesquisa. O movimento 3 – ocupar o nicho é atribuído a maior relevância. No movimento 1, os diferentes passos constituem opções de estabelecimento do território. Os três passos apresentados não são obrigatórios. Passo 1: Swales chama a atenção da comunidade discursiva para um campo de pesquisa significativo e bem estabelecido. Passo 2: adota uma posição mais neutra e faz declarações generalizadas sobre o conhecimento. Passo 3: faz citação aos pesquisadores que atuaram na área e descreve o que já descobriram.

O modelo de Swales, no movimento 2 – estabelecer o nicho, tem somente um passo obrigatório – passo 1B, o autor indica uma lacuna a ser preenchida na área do conhecimento escolhida.

O movimento 3 tem a função de ocupar um espaço de pesquisa determinado, e possui um passo obrigatório – passo 1A, no qual o autor expõe o objetivo central ou os

objetivos de sua pesquisa e descreve as suas principais características – passo 1B. Os dois passos restantes são opcionais.

Esse modelo serve como base para que se definam regularidades na distribuição de informações, presentes no artigo de opinião. Esse modelo passará por adaptações, levando-se em conta experiências anteriores na sua utilização com gêneros acadêmicos e profissionais.

No modelo CARS, a organização do gênero se mostra como o resultado das ações realizáveis no sentido de se alcançar um ou mais propósitos comunicativos. Em seu funcionamento, um propósito comunicativo é organizado em grandes ações (movimentos), que em Bonini (2006. p. 58) são realizadas por meio de sub-ações (passos).

Esse modelo no Brasil tem sido aplicado com modificações à análise de diferentes gêneros textuais (HEMAIS; BIASI-RODRIGUES, 2005). Em trabalhos desenvolvidos por Motta-Roth (1995), Araújo (1996) e Biasi-Rodrigues (1998). Motta-Roth usa o termo “subfunção” em vez de passo; Araújo utiliza “estratégia”, mantendo o vocábulo “movimento” em suas análises; Biasi-Rodrigues prefere “sub-unidade”, utilizando as expressões “unidade retórica”, acerca do que seria “movimento”.

Para esta pesquisa, reafirmo a organização do gênero em Swales (1990) organizado em movimentos.

2.4 GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

Para uma definição da palavra artigo, Rodrigues (2001, p. 130 - 35) declara que o artigo assume o sentido de texto escrito, veiculado por jornais ou revistas, semelhante ao que acontece com a expressão matéria jornalística. O artigo é considerado como um gênero “onde se constrói a defesa de um ponto de vista particular a respeito de um tema da atualidade” que não necessita coincidir com a opinião do jornal. Melo (2003, p. 123) afirma que o artigo “se trata de uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião”. Na perspectiva de Melo (2003, p.122), o artigo tem um importante papel na imprensa, pois proporciona dinamismo a comunicação jornalística para além do

jornalismo propriamente informativo e da opinião do jornal, apresentando outros ângulos de análise, novas perspectivas e idéias sobre o cenário sócio-político.

O artigo é o gênero que democratiza a opinião no jornalismo, tornando-a não um privilégio da instituição jornalística e dos seus profissionais, mas possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade. É claro que essa democratização constitui uma decorrência do espírito de cada veículo: sua disposição para abrir-se à sociedade e instituir o debate permanente dos problemas nacionais.

Silva (2008, p. 51) identifica duas espécies de artigo, quanto sua forma, o artigo propriamente dito e o ensaio. Ele apresenta uma diferenciação entre artigo e ensaio, quanto à extensão, ao tema e argumentação.

Para Rodrigues (2001, p. 129), o artigo constitui-se um dos gêneros textuais, que apresenta certos traços em comum com os outros gêneros, tais como: “a sua interação autor/leitor não se dá no mesmo espaço e tempo físicos; também não se dá “de pessoa a pessoa”, mas é “mediada” ideologicamente pela esfera do jornalismo; ele tem uma determinada periodicidade (diária, semanal) e “validade” prevista (um curso de vinte e quatro horas nos jornais diários; de uma semana etc.)”. Para Rodrigues (2001), o artigo apresenta particularidades que lhes são próprias do gênero.

No Novo manual da redação, do jornal Folha de S. Paulo (2000, p. 54, 123), descreve como é visto, o artigo:

É definido como um gênero jornalístico que “traz interpretação ou opinião do autor”. Por isso, ele sempre é assinado. A autoria e outras informações sobre o articulista, como idade, profissão, função ou cargo constam no pé biográfico (nome do autor em letras maiúsculas e em negrito; informações biográficas, em letra minúscula, sem negrito).

Para a concepção do artigo, “inexiste uniformidade de um padrão”, segundo Silva (2008) Beltrão (1980) sustenta a ideia de que a estrutura narrativa do artigo se assemelha a do editorial Vivaldi (1973) afirma que no artigo a forma flui do fundo, apresentado o estilo do articulista. Na produção do artigo, o autor ganha plena liberdade, afirma Melo (2003, p. 125), “trata-se de liberdade em relação ao tema, ao juízo de valor emitido, e também em relação ao modo de expressão verbal”.

O artigo de opinião relacionado à ação de escrever, tanto por um profissional do jornalismo quanto um colaborador convidado pelo jornal para apresentar sua opinião, podem executar tal ação. Para Rodrigues (2001, p. 134), a identificação da autoria do artigo de

opinião assume um papel importante, a assinatura, e é realizada em nota publicada no pé do artigo, onde constam: o nome do autor, profissão, local de trabalho (dados em negrito). Um dos gêneros que possibilita ao jornalista expor a sua opinião é exatamente o artigo de opinião. No tocante ao que se escreve nos artigos de opinião, Silva (2008, p. 54) descreve:

Podemos afirmar que seus conteúdos tratam de questões polêmicas que afetam um grande número de pessoas. O articulista busca esclarecer essas questões, por meio de uma discussão o mais ampla possível, no sentido da apresentação de argumentos prós e contra a sua posição. Além de exigirem a utilização da argumentação, esses gêneros incrementam a discussão de problemas concernentes aos interesses da sociedade como um todo.

Rodrigues (2001, p.134) apresenta os critérios para avaliar a conveniência da publicação de artigo de colaborador, que são: “grau de conhecimento sobre o assunto, qualidade do texto, atualidade jornalística do tema e caráter polêmico das opiniões defendidas no artigo”. Para ser publicado, o artigo passa pela aprovação prévia da Direção de Redação da empresa jornalística, que tem a competência de decisão.

Em relação às normas de redação, Rodrigues (2001, p. 134) declara que o artigo pode ser produzido em primeira pessoa, há maior liberdade para o uso de adjetivos e admite-se o recurso à ironia (com cautela), e podem ser empregadas frases nominais nos títulos. O artigo de colaborador não pode ser modificado sem a aceitação prévia do seu autor, a não ser para adequação do texto às normas gramaticais e de padronização gráfica. Assim, a compreensão e a produção textual do artigo de opinião levam a uma maneira menos passiva, menos alienada de vivenciar o mundo.

Para Silva (2008, p. 121):

O artigo de opinião é produzido em linguagem direta e simples, de modo a ser acessível à maioria dos leitores. Seu conteúdo trata de problemas atuais nos quais o interlocutor está, de uma forma ou de outra, envolvido, procurando informações e perspectivas que consolidem as próprias opiniões, conservando-as ou transformando-as.

2.4.1 Artigo De Opinião Escolar

A redação escolar, praticada no contexto de sala de aula, é um meio de verificação, avaliação da aprendizagem, correção gramatical, sem erros ortográficos, desconsiderando as funções sociais da escrita, as suas condições e processos de produção. Com esta prática, a escola acabou construindo exemplos de gêneros que não encontram referência nas práticas de linguagem escrita fora da sala de aula. O ensino dos gêneros, em relação à escola, é reafirmado em Schneuwly e Dolz (2004, p. 74), que consideram que “é através dos gêneros que as práticas de linguagem se materializam nas atividades dos aprendizes”.

A escola, com sua missão de ensinar os alunos a escrever, a ler, trabalha com os gêneros. Schneuwly e Dolz (1999) enfatizam a utilização dos gêneros enquanto um instrumento de comunicação em uma determinada situação e ao mesmo tempo um objeto de ensino/aprendizagem.

Os gêneros passaram a ser aceitos como o objeto de ensino/aprendizagem, ponto de partida e de chegada, nas atividades de produção textual seja ela oral ou escrita e também nas de leitura e de análise lingüística.

Rodrigues (2000) aponta os gêneros criados na escola como *gêneros escolarizados*, compartilhando com Schneuwly e Dolz (2004) em que tem pensado no ensino dos gêneros escolarizados, aqueles usados fora da escola e que deverão ser trazidos, adaptados e trabalhados dentro da escola. O sucesso do aluno na escola passa pelo domínio dos gêneros escolares, que devem ser considerados objetos de aprendizagem. Enfatiza Rodrigues (2000, p. 213):

Um projeto pedagógico para a produção escrita deve se orientar (sem excluir os demais) para aqueles gêneros cujo domínio é necessário para o bom desempenho escolar (saber tomar notas, fazer resumos, resenhas, participar de seminários, etc.) e para a plena participação na vida social pública.

É importante ressaltar que, quando o artigo de opinião é levado para a sala de aula, ele é didatizado, sendo ensinado com objetivos de leitura e escrita do gênero e em

ensinar habilidades linguísticas e discursivas necessárias para a sua compreensão e produção textual.

O artigo é um gênero que apresenta características do jornalismo impresso e multimídia, veiculado pela internet. Encontra-se nos jornais, normalmente nas páginas junto aos editoriais, visto que o autor apresenta e sustenta seu ponto de vista sobre um determinado fato, assunto da atualidade. Segundo Melo (2003), podemos considerar artigo de opinião tanto os textos divulgados na imprensa de uma maneira geral, quanto uma matéria cujo autor desenvolve uma idéia a partir de sua opinião. Portanto, o artigo de opinião é um gênero pertencente ao domínio jornalístico, presente em seções de opinião de revistas jornais impressos ou virtuais.

O artigo de opinião é de recente introdução no repertório escolar (Souza, 2003). É fato que o gênero artigo de opinião não é trabalhado com frequência no ensino fundamental. A produção desse gênero exige que os alunos assumam um posicionamento, que argumentem. Talvez por isso haja uma tendência entre os educadores que, nas séries iniciais, por serem crianças, os alunos não sejam capazes de produzir esse gênero.

Nas interações comunicativas, desde que iniciam a falar, as crianças argumentam. Tentam convencer pais, irmãos, amiguinhos, professores (seus interlocutores), tentando almejar seus objetivos. Para Souza (2003), isso se dá antes mesmo de aprenderem a narrar, embora sejam narrativos os textos mais trabalhados no ensino fundamental.

Aprender a debater é muito importante, tanto para as atividades desenvolvidas na escola e fora dela. Mas é necessário que os alunos aprendam a debater, a opinar oralmente ou por escrito. Escrever um texto de opinião, argumentando, de forma clara, lógica e ordenada, é uma habilidade que se aprende, e, cabe, então, à escola orientar os alunos em relação aos aspectos específicos desse gênero, auxiliando-o na organização do que, de certa forma, ele já é capaz de fazer como falante da língua portuguesa.

Doly e Schneuwly (2004) apresentam as sequências didáticas para serem desenvolvidas em sala de aula durante o trabalho com gêneros textuais. Bräkling (2000 p.224) define as sequências didáticas compreendendo a proposta de Doly e Schneuwly (1996) que:

Trata-se de atividades planejadas para serem desenvolvidas de maneira seqüenciada, com a finalidade de tematizar aspectos envolvidos na produção de textos organizados em um determinado gênero, de maneira a possibilitar aos alunos a mestria na sua escrita. São atividades que tem como objetivo a aprendizagem de

características da “estrutura comunicativa particular dos textos pertencentes ao gênero”.

A organização destas atividades e o seu desenvolvimento em sala de aula com os alunos facilitam a organização adequada do tempo de realização, sequência das atividades, permitindo a realização das tarefas propostas.

Guimarães (2006) propõe uma reflexão sobre o desenvolvimento de sequências didáticas levadas em consideração de sua experiência em uma escola municipal de Porto Alegre. A sequência didática é elaborada conforme Doly; Noverraz; Schneuwly (2004, p. 95 – 128), e deve partir de uma produção inicial, em que o aluno produz seu primeiro texto do gênero escolhido. A produção é realizada após a apresentação e discussão de um projeto coletivo de produção de um gênero. Em seguida, é realizada a apresentação dos conteúdos deste gênero, e a atividade é finalizada com uma produção final, oportunizando ao aluno a praticar as noções e instrumentos trabalhados durante as etapas e, ao professor, uma avaliação do processo.

O educando, durante sua produção de um gênero em determinada interação, deve adaptar-se às características do contexto e do referente (capacidades de ação), além de dominar as operações psicolinguísticas e as unidades linguísticas necessárias (capacidades linguístico-discursivas). No gênero artigo de opinião, em que se usa a argumentação a favor ou contra, de posse do conteúdo, o educando deve, segundo Dolz, Pasquier e Bronckart (1993):

Identificar o destinatário real ou virtual do texto, o veículo em que seria publicado (representação do contexto social: capacidade de ação) e aprender a hierarquizar a sequência de argumentos ou produzir uma conclusão coerente com os argumentos construídos (estruturação discursiva do texto: capacidade discursiva), além de reconhecer e utilizar expressões de construção enunciativa de uma opinião a favor ou contra ou, ainda, distinguir os organizadores que marcam argumentos dos que marcam conclusão (escolha de unidades linguísticas: capacidade linguístico-discursiva).

Conhecer o gênero artigo e trabalhar a partir dele, integrando a prática de produção textual às práticas de leitura e análise linguística, são propostas que possibilitam ao aluno posicionar-se diante dos acontecimentos sociais que o cercam e que, por mais comum que pareçam, incomodam-no. Conforme Rodrigues (2001, p. 215-216), posicionar-se criticamente diante dos discursos é passagem para que o aluno exerça a cidadania. Ou seja:

O ensino-aprendizagem da produção do artigo justifica-se pela sua relevância sócio discursiva, dada sua importância como um dos instrumentos para a promoção da efetiva participação social do aluno-cidadão, um dos objetivos gerais do Ensino Fundamental, bem como pelo resgate da função social da escrita. Sua relevância destaca-se ainda pela sua dimensão pedagógica, quer dizer, pela função que pode desempenhar no desenvolvimento de conteúdos específicos da área de Língua Portuguesa.

O gênero artigo, cuja interação se concretiza com interlocutores desconhecidos e à distância, permite, ao aluno, o uso da linguagem em uma instância pública (GERALDI, 1998). Portanto, o aluno deixa de ser um mero espectador dos acontecimentos sociais, passando a ser também um interlocutor, levando-se em conta a circulação do artigo (RODRIGUES, 2001).

2.5 O CENPEC E O PROGRAMA *ESCREVENDO O FUTURO*

O Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC iniciou suas atividades em 1987, visando à produção de um acervo de projetos e pesquisas que fizesse sintonia com os problemas (e demandas) da educação brasileira. O esforço para atuar na melhoria da qualidade da educação exigiu, ao longo das duas últimas décadas, a produção de alternativas e metodologias de formação, avaliação e ação social e educativa junto a municípios, escolas públicas e organizações não-governamentais em todos os Estados e municípios brasileiros: o programa *Escrevendo o Futuro* é fruto de toda esta reflexão.

Para a realização dos projetos de pesquisa do CENPEC, partiu-se de preocupações voltadas para o público infantil e adolescente: sabedores que no século XXI este público precisaria circular em vários espaços de aprendizagem para desenvolver sociabilidade e aumentar sua capacidade de acessar, processar e produzir conhecimento pensou-se em explorar seus interesses e talentos. Soma-se a isso a importância do contato com diferentes

mediadores do conhecimento, dos olhares de interlocutores diversificados e não apenas do professor na sala de aula.

Com a proposta de inovação social e disseminação do conhecimento, a partir de 2002, o CENPEC lançou o Programa *Escrevendo o Futuro* através do Prêmio *Escrevendo o Futuro*, envolvendo a participação de educadores e educandos das escolas públicas de todo o território nacional. O Programa vem contribuindo para que os educandos ampliem o domínio da leitura e da escrita, atuando com eficiência na realidade social. O trabalho desenvolvido está direcionado a uma intervenção no cotidiano escolar, buscando a melhoria da qualidade do ensino público. Para o Programa, a escola é um espaço primordial de participação da comunidade, com contribuição para aquisição de avanços da democracia, da justiça social e do exercício da cidadania do País.

Observa-se que o Programa *Escrevendo o Futuro*, por ser uma das ações do CENPEC, uma proposta que se volta para o trabalho nos espaços socioeducativos, lúdicos e culturais das comunidades, implementados por outras políticas, como a assistência social, esporte e cultura, envolvendo atores também capazes de ensinar e espaços de aprendizagem pouco explorados pela área da educação.

Em relação ao ensino, o CENPEC, com o programa *Escrevendo o Futuro*, contribui para a formação de cidadãos ativos que, conscientes de seus desejos, deveres e possibilidades, poderão construir uma sociedade mais justa e mais democrática.

2.5.1 O programa *Escrevendo o futuro*

O Programa *Escrevendo o Futuro*, criado pela Fundação Itaú Social em 2002, tem como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento da escrita dos alunos do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras e para a formação de educadores, professores polivalentes e de Língua Portuguesa. A Fundação Itaú Social entende que, desta forma, contribui também para a melhoria da qualidade de ensino. Afinal, saber ler e escrever com competência é muito importante para a plenitude das pessoas, pois além de ser imprescindível para o sucesso na

vida profissional, o domínio da leitura e escrita é fundamental para a constituição da cidadania.

Aprender a ler e escrever e, principalmente, aprender a gostar disso, está diretamente ligado a metodologia de ensino. Escrever apenas como exercício escolar, de forma padronizada e mecânica, tendo somente o professor como leitor, é pouco para uma criança que, com a orientação adequada, certamente inventa e desenvolve-se, transcendendo a clássica escrita escolar, preparando-se melhor para ler e escrever os diferentes gêneros de texto que circulam fora da escola.

Em 2007, foi assinada uma parceria com o Ministério da Educação para ampliar o Programa. Assim, foram criadas as Olimpíadas da Língua Portuguesa *Escrevendo o Futuro*, com sua primeira edição em 2008.

Este processo de aprendizagem da leitura e escrita é tarefa difícil, mas necessário e indispensável ao educando para conviver e participar de práticas sociais.

O Programa *Escrevendo o Futuro* reverencia a importância do trabalho escolar, destacando as situações autênticas de comunicação, garantindo aos educandos os saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, no fascículo Pontos de Vista (2008, p. 85) destaca:

É importante acolher os conhecimentos que os alunos trazem, introduzir novos conteúdos e valores por meio de situações desafiadoras e fazer a mediação entre os discursos dos alunos – geralmente construídos em esferas cotidianas de interação, como a família e a vizinhança – e os discursos produzidos em outras esferas, como as da ciência, da política e da mídia.

2.5.2 O prêmio e a olimpíada

O prêmio e a olimpíada são as ações do Programa *Escrevendo o Futuro*. Seu desenvolvimento baseia-se num conjunto de atividades voltadas à melhoria da produção escrita nas escolas públicas brasileiras. A conquista das habilidades de leitura e da escrita

significa um determinante fator de inclusão social e de sucesso para os jovens cidadãos na vida cotidiana e no mercado de trabalho.

O Ministério da Educação – MEC, do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME e do Canal Futura, com a coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC, tem participação efetiva. Se junta as parcerias entre os setores públicos e privado e a sociedade civil organizada com investimentos em projetos sociais.

O Prêmio *Escrevendo o Futuro* é uma iniciativa da Fundação Itaú Social que tem como objetivo, colaborar com a formação de educadores e estimular o desenvolvimento de competências dos alunos para a escrita.

Em anos pares, o Programa *Escrevendo o Futuro*, premia alunos, professores e escolas por meio de um concurso de textos. Produções desenvolvidas em oficinas da formação realizadas nas salas de aula. E nos anos ímpares, promove ações para aprimorar a formação de professores, fornecendo subsídios para o ensino de leitura e escrita.

O MEC encontrou no programa uma metodologia adequada para realizar uma olimpíada e ao adquiri-lo como política pública, em 2008 foi apresentado como Olimpíada de Língua Portuguesa *Escrevendo o Futuro*.

A Olimpíada de Língua Portuguesa *Escrevendo o Futuro* tem por meta ampliar e enriquecer todo o trabalho desenvolvido no interior das salas de aula. Trata-se de um conjunto de orientações para que se produzam textos de melhor qualidade entre os educandos, ampliando o domínio da leitura e da escrita, na tentativa de vincular tais orientações a situações reais de aprendizagem: vivenciando essa condição de quem sabe usar a leitura e a escrita, vivencia-se uma condição de letramento.

Nas Olimpíadas, professores e alunos são mobilizados para vivenciar a metodologia de ensino de língua com trabalhos de gêneros textuais, que podem despertar o interesse dos alunos, e melhorar seus textos escritos, ao expressarem-se no gênero estudado, o que pode torná-los cidadãos mais preparados para atuarem na realidade em que vivem.

Nos documentos de suporte às Olimpíadas de Língua Portuguesa *Escrevendo o Futuro*, em seu fascículo Pontos de Vista (2008, p. 83), tem-se:

Todos nós produzimos diversos textos que se dão em diferentes gêneros – orais ou escritos, formais ou informais. Cada situação exige o uso de uma forma particular de comunicação.

Todo professor e seus alunos de escola pública podem participar, mediante aceitação e inscrição na olimpíada. Os professores inscritos recebem material de apoio pedagógico – Kit Itaú de Criação de Textos⁸, que é o Caderno do Professor – Orientação para Produção de Textos, para a execução do trabalho.

Os professores são convidados a desenvolver, com os alunos, as oficinas de escrita propostas no material de apoio pedagógico.

Os fascículos apresentam orientações precisas para a realização de uma série de oficinas de produção de textos que o professor deve desenvolver com toda a classe, como condição necessária para a participação no concurso, levando seus alunos a produção textual do gênero escolhido. Este fascículo que compõem o Kit adota como metodologia de ensino de língua o estudo de gêneros textuais por meio de um conjunto de oficinas planejadas, as sequências didáticas, na perspectiva dos autores da escola de Genebra, cuja teoria inspirou o modelo apresentado no fascículo.

As sequências didáticas são usadas para trabalhar um determinado gênero textual, levando-se em conta o conhecimento que os alunos têm sobre ele e realizando-se diversas atividades, que são as oficinas, para que possam chegar, gradualmente, a um domínio cada vez maior da leitura e da escrita desse gênero. Gagliardi (2008, p.85) descreve a sequência didática como:

Um conjunto de atividades ligadas entre si, planejadas para ensinar um conteúdo etapa por etapa. Essa sequência de atividades permite que os alunos cheguem gradualmente ao domínio de um determinado conteúdo ou competência.

Os passos apresentados por Gagliardi (2008, p. 85-87) para a sequência didática são:

Passo 1 – Apresentação do projeto de escrita e da situação de produção;

Passo 2 – Diagnóstico inicial;

Passo 3 – Leitura de textos;

Passo 4 – Estudo das características do gênero;

⁸ O Kit Itaú Criação de Textos é composto pelos fascículos: Pontos de Vista, Poetas da Escola e Se Bem Me Lembro.

- Passo 5 – Pesquisa sobre o tema;
- Passo 6 – Produção coletiva do texto;
- Passo 7 – Produção individual;
- Passo 8 - Aprimoramento e reescrita do texto;
- Passo 9 – Publicação do texto produzido;



Ilustração 3 – Kit Itaú Criação de Textos

O objetivo maior dessas oficinas não é a premiação, mas proporcionar a todos os alunos oportunidades para que cresçam no domínio da leitura e da escrita. O envolvimento dos alunos é fundamental para a aprendizagem e para a produção de bons textos.

Outra oportunidade de participar da olimpíada é o relato das experiências pelos professores semifinalistas sobre o trabalho realizado ao longo das oficinas. O professor recebe material impresso com as orientações para a escrita deste relato de experiências. É uma forma que o professor tem para exercitar o seu papel de autor, escrevendo a respeito da sua experiência.

O almanaque do programa: *Na Ponta do Lápis*, lançado, em 2005, tem como objetivo registrar, divulgar artigos, reportagens, informações, análise de especialistas, entrevistas, orientações e troca de experiências entre os professores, de todas as partes do Brasil, disseminando assim as produções textuais acadêmicas, profissionais e conhecimentos científicos produzidos na atualidade.

A *Voz do Aluno* e *Voz do Professor* são publicações que documentam o movimento do ensinar e do aprender. Os boletins: *Estava escrito* e *Na Ponta da Língua* divulgam os textos dos alunos vencedores e a emoção que marcou a premiação.

O Portal na internet da Comunidade Virtual é destinado para os professores de todo o Brasil, contendo, além das informações e dicas sobre o ensino da língua, a

possibilidade de educadores poderem conversar e trocar experiências em tempo real. É instrumento de acesso para aperfeiçoamento, conversação e capacitações de formação para educadores on line.



Ilustração 4 – Portal da Comunidade Virtual *Escrevendo o Futuro*.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, é descrita a metodologia adotada na presente pesquisa, uma proposta sócio-retórica de análise de gêneros e baseia-se nos procedimentos metodológicos de Swales (1990), conforme adaptação de Bonini (2004b). Serão apresentados a identificação do tipo de pesquisa; o objeto da pesquisa; o método de pesquisa adotado; os procedimentos para a análise dos dados e a descrição do corpus, para atender ao objetivo da pesquisa, que é verificar a distribuição das informações destacadas no artigo de opinião, com base na organização retórica apresentada por Swales (1990), considerando os exemplos apresentados pelo Programa *Escrevendo o Futuro*.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa é um estudo de caso que visa analisar algo que tem valor em si mesmo, a fim de compreender uma situação única, como parte de um contexto particular. O problema foi investigado a partir dos textos apresentados como exemplos do gênero artigo de opinião no contexto escolar, disponibilizados no Caderno do professor – orientação para produção de texto, do programa *Escrevendo o Futuro*. A própria pesquisadora realizou a coleta dos dados.

A literatura que sustentou a base teórica dos gêneros como eventos comunicativos foram Swales (1990) e, em partes, Bonini (2004). Além dessas bibliografias, foram utilizadas as obras de Marcuschi, Bakhtin, Kleiman, Silva, Costa Val, Miller e outros. Foi com base nessa literatura que se buscou abordar o problema a ser pesquisado, junto aos textos do gênero artigo de opinião coletados.

Buscou-se investigar a organização retórica e o propósito comunicativo do gênero artigo de opinião, por exemplo, se os referidos textos apresentam uma estrutura de composição regular para se configurarem como gênero e analisar se constituem novo gênero ou uma reconfiguração da dissertação escolar.

3.2 OBJETO DA PESQUISA

A primeira intenção para a realização desta pesquisa era coletar dados sobre o gênero artigo de opinião publicados nos fascículos Ponto de Vista do programa Escrevendo o Futuro, se não na totalidade, na maioria das publicações. Porém, numa segunda intenção, coletaram-se apenas as produções textuais de educandos vencedores no referido concurso.

Ao desistir de coletar os dados envolvendo uma população mais representativa, restou realizar um estudo de caso. O gênero artigo de opinião foi escolhido para este estudo, por apresentar entre os textos vencedores o texto da aluna desta pesquisadora.

Foram objetos da presente pesquisa nove exemplares de artigo de opinião publicados no fascículo e no livreto das Olimpíadas de Língua Portuguesa *Escrevendo o Futuro*. Esses exemplares representam a totalidade dos textos vencedores envolvidos com o gênero artigo de opinião no referido programa.

3.3 MÉTODO DA PESQUISA

O método de investigação foi conduzido segundo as afirmações de Rauen (2006, p. 178) sobre estudos de casos. Para o autor, “há estudo de casos quando se analisa algo que tem valor em si mesmo. [...] Estudo de caso é uma análise profunda e exaustiva de um ou de poucos objetos, de modo a permitir o seu amplo e detalhado conhecimento.”

O estudo de caso aqui apresentado constitui-se numa pesquisa baseada numa experiência que investiga um acontecimento atual em seu contexto de vida real. O presente estudo de caso objetiva investigar o gênero textual artigo de opinião, com base na metodologia de Swales (1990).

A análise realizou-se a partir dos exemplares publicados como gênero artigo de opinião, para, então, contribuir no processo de mudança do ensino de Língua Portuguesa, com base na prática de produções orais e escritas com gêneros textuais.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS

Para analisar o artigo de opinião, elegeu-se a metodologia de Swales (1990). A escolha desse modelo se explica pelo caráter pertinente de movimentos quando aplicados à estrutura textual desse gênero.

Na análise dos dados, utilizou-se a metodologia CARS, conforme apresentada na fundamentação teórica desta dissertação, objetivando verificar a distribuição das informações destacadas no artigo de opinião, com base na organização retórica apresentada por Swales (1990), considerando os exemplos apresentados pelo Programa *Escrevendo o Futuro*.

Foram selecionados 9 textos dentre os ‘textos recomendados’ dos fascículos Pontos de Vista, do programa *Escrevendo o futuro*, de autoria de alunos: 4 exemplares entre 2002 a 2006, e 5 exemplares foram selecionados por serem artigos de opinião vencedores durante a Olimpíada de Língua Portuguesa *Escrevendo o Futuro*, e apresentados como textos vitoriosos durante o ano de 2008, de autoria de alunos do ensino médio.

A abordagem de Swales de estudo de gêneros foi empregada como um meio de identificar as características retóricas dos artigos de opinião como exemplares desse gênero.

Para a construção do modelo descritivo do gênero a partir das análises dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa, tomaram-se como ponto de partida os trabalhos de Monteiro (2008) e Silva (2008).

Bonini (2004c, p. 49), sobre o movimento CARS, explica que:

A organização do texto é levantada (em movimentos e passos) sempre em relação ao ponto de vista do produtor/escritor. É como se tivéssemos, nesse quadro, um conjunto de estratégias que o cientista põe em marcha para produzir o seu texto. É neste sentido, então, que se pode entender o termo “sócio-retórico”. “Retórico” diz respeito ao modo como alguém age para produzir um texto investido de determinado gênero (o que procura fazer primeiro e assim por diante). Já o termo “Sócio” está embasado na ideia de que todo esse conhecimento é compartilhado socialmente (ou seja, é produzido em uma comunidade discursiva). Na verdade, o membro da comunidade precisa conhecer bem este modo de agir com a linguagem (precisa tornar-se um membro experiente) para ascender hierarquicamente nessa comunidade.

Conforme Bonini (2004b), Bhatia (1993) oferece uma metodologia que complementa a metodologia de Swales, apresentando um conjunto de procedimentos. Bonini apresenta um resumo desta metodologia, descrito na ilustração 5, abaixo:

FASES	PROCEDIMENTOS
1	Localização de dado gênero textual em um contexto situacional. Desenvolve-se a partir intuição do pesquisador em relação à experiência prévia de observação de dado falante (escritor), das pistas internas do gênero e em função do que pode inferir quanto ao conhecimento de mundo deste falante (escritor);
2	Levantamento de literatura existente sobre o assunto. Procede-se à busca em setores de interesse: 1) análise de gêneros; 2) manuais de prática profissional; e 3) estudos sociais e internacionais;
3	Refinamento da análise contexto-situacional. Procede-se à definição do âmbito sócio-cultural e de interação linguística do gênero;
4	Seleção do corpus. Seleciona-se, mediante a definição clara dos propósitos comunicativos dos gêneros e em função de uma amostragem estatisticamente relevante;
5	Estudo do contexto institucional. Procede-se ao levantamento do sistema ou da metodologia que subjaz ao gênero (regras e convenções);
6	Análise linguística em termos de: <ul style="list-style-type: none"> a- características léxico-gramaticais. Estudo da estruturação microestrutural do gênero; b- padrões de textualização. Estudo das relações entre os valores da prática social e a linguagem empregada; c- interpretação estrutural do gênero textual. Levantamento da forma particular que assume a comunicação de determinada intenção em dado texto;
7	Informação de especialista da comunidade discursiva. Averiguação dos resultados frente às reações de um informante especialista da comunidade discursiva em estudo.

Ilustração 5 – Metodologia de Bhatia para o estudo de gênero (apud Bonini, 2004b).

Com base nas metodologias de Swales e Bhatia, Bonini (2004b), desenvolve um quadro de passos para determinar o rumo de suas pesquisas. Assim, propõe dois níveis de análise: o macroestrutural (do jornal em relação aos gêneros) e o microestrutural (dos gêneros em relação ao jornal). Essa organização é para a análise de gêneros no jornal, conforme ilustração 6, a seguir:

MACROANÁLISE	MICROANÁLISE
(1) Levantar a literatura a respeito do jornal. Nesta etapa, procede-se à leitura, com vias a determinar a tradição relativa ao jornal e fazer um inventário dos gêneros: i) dos principais manuais de jornalismo; ii) dos textos acadêmicos sobre o jornal; e iii) de possíveis estudos que o analisem do ponto de vista genérico;	(1) Levantar a literatura a respeito do gênero. Nesta etapa, com vias a determinar a tradição relativa ao gênero em estudo, procede-se à leitura: i) dos principais manuais de jornalismo; ii) dos textos acadêmicos sobre o gênero; e iii) de possíveis estudos que o analisem do ponto de vista genérico;
(2) Estabelecer uma interpretação estrutural para o jornal. Nesta etapa, procede-se: i) ao levantamento dos padrões textuais (partes e mecanismos característicos) e linguísticos (léxico, emprego verbal, padrão oracional, etc.) de estruturação do jornal; ii) ao levantamento dos gêneros ocorrentes no jornal; iii) ao levantamento das relações com outros gêneros amplos;	(2) Estabelecer uma interpretação estrutural para o gênero. Nesta etapa, procede-se: ii) ao levantamento dos mecanismos textuais (movimentos, passos e sequências) e linguísticos (léxico característico, emprego verbal, padrão oracional, etc.) de estruturação do gênero; e ii) ao levantamento das relações com outros gêneros e com o jornal;
(3) Estabelecer uma interpretação pragmática para o jornal. Nesta etapa, procede-se: i) à análise da comunidade discursiva em que o jornal se insere; ii) ao estabelecimento dos papéis interacionais (incluindo-se aí também a análise dos propósitos, objetivos e interesses compartilhados e intervenientes; e iii) à consulta a informante da comunidade discursiva.	(3) Estabelecer uma interpretação pragmática para o gênero. Nesta etapa, procede-se: i) à análise da comunidade discursiva em que o gênero se insere; ii) ao estabelecimento dos papéis interacionais (incluindo-se aí também a análise dos propósitos, objetivos e interesses compartilhados e intervenientes); e iii) à consulta a informante da comunidade.

Ilustração 6 – Metodologia para estudo inter-relacionado dos gêneros (Bonini, 2004c).

Bonini (2008) destaca os procedimentos da microanálise (estabelecer uma interpretação estrutural para o gênero), mediante a análise de movimentos de Swales (1990) e propõe o enquadramento metodológico proposto por Paré e Smart (1994).

Bonini (2008, p. 28), sobre a proposta, explica que:

Esses autores propõem que sejam considerados quatro aspectos em relação a determinado gênero em estudo: 1) as regularidades textuais; 2) as regularidades nos processos de composição; 3) nas práticas de leitura; e 4) nos papéis sociais dos envolvidos.

A partir destes questionamentos, traçou-se o objetivo principal desta pesquisa, que é verificar, com base nos estudos sócio-retóricos de gêneros textuais (SWALES, 1990; BONINI, 2004), se os textos apresentados como exemplos do gênero artigo de opinião no contexto escolar, disponibilizados no “Caderno do professor – orientação para produção de textos”, do programa *Escrevendo o Futuro*, apresentam uma estrutura de composição regular e padronizada para se configurarem como gênero e analisar se constituem novo gênero ou uma reconfiguração da dissertação escolar.

3.5 DESCRIÇÃO DO *CORPUS* DA PESQUISA

O *corpus* deste estudo é constituído por um conjunto de 9 textos do gênero artigo de opinião divulgados na seção ‘textos recomendados dos fascículos impressos *Pontos de Vista* publicados nos anos de 2002, 2004 e 2006 nas páginas finais destes cadernos e do livreto da Olimpíada de Língua Portuguesa, do programa *Escrevendo o Futuro*.

A coleta, realizada entre os meses de outubro de 2008 a junho de 2009, não obedeceu a nenhum outro critério, senão o estabelecido para identificar textos produzidos, no ambiente escolar, realizados por aluno, no gênero artigo de opinião.

A ilustração abaixo apresenta uma exposição destes exemplares, enumerando os artigos de opinião, relacionando o título, série dos articulistas, seu estado de origem e ano de divulgação. São colocados em anexo, todos os artigos na íntegra.

ART	TÍTULO	SÉRIE/ENSINO	ESTADO	ANO
1	Benjamim sem máscara	Ensino Fundamental	AM	2002
2	No morro não tem só bandido	Ensino Fundamental	RJ	2004
3	Café na avenida: certo ou errado?	Ensino Fundamental	SP	2006
4	Doce Içara com sabor amargo	Ensino Fundamental	SC	2006
5	Cavaleiros da cana versus mecanização	Ensino Médio	PR	2008
6	BR-364: desenvolvimento ou preservação?	Ensino Médio	AC	2008
7	Em defesa da vida	Ensino Médio	MG	2008
8	Praça de trabalhadores	Ensino Médio	CE	2008
9	Sustento de alguns, ruína de outros	Ensino Médio	SC	2008

Ilustração 7 – Quadro sobre a distribuição dos artigos de opinião

A ilustração apresenta uma numeração de cada artigo de opinião publicado, registra o título do referido artigo e o nível de ensino frequentado pelo seu produtor, isto é, o ano em que este está matriculado: fundamental (1ª a 8ª série ou 9º ano) e médio (1º ao 3º ano). Podemos notar que nos artigos 1, 2, 3 e 4 seu articulista está matriculado no ensino fundamental e nos artigos 5, 6, 7, 8 e 9 seus autores frequentam o ensino médio.

As siglas dos Estados de seus articulistas são apresentadas, entre elas: um do Amazonas (AM), um do Rio de Janeiro (RJ), um de São Paulo (SP), dois de Santa Catarina (SC), um do Paraná (PR), um do Acre (AC), um de Minas Gerais (MG) e um do Ceará (CE),

finalizando com o ano de publicação entre 2002 e 2008, apresentando um número maior de publicações no ano de 2008, devido ao regulamento da Olimpíada de Língua Portuguesa em 2008 que selecionou 5 (cinco) vencedores.

As Olimpíadas de Língua Portuguesa é um concurso de produção de texto envolvendo professores e alunos nos diversos gêneros textuais, contribuindo para que os alunos escrevam textos cada vez melhores e ampliem o domínio da leitura e da escrita. É apresentada uma metodologia de ensino de língua que trabalha com gêneros textuais, por meio de sequência didática. O ponto de partida é o roteiro de atividades proposto nos fascículos (oficinas), utilizados por milhares de professores e alunos de todo o país.

A proposta da competição é levar os autores, crianças e jovens dos vários cantos do Brasil, da rede pública de ensino, vivenciar, participar de oficinas, chegando ao final desta caminhada expressando melhor no gênero estudado, tornando autores e leitores mais fluentes: por fim, tornarem-se cidadãos mais bem preparados para as práticas sociais de leitura e escrita.

Nas Olimpíadas, os textos vencedores foram analisados em várias etapas avaliativas: esfera escolar, municipal, estadual, regional e nacional, sendo avaliados por comissões julgadoras que mantiveram a coerência e valorizaram os mesmos critérios usados pelos professores durante as oficinas em sala de aula.

Gagliardi (2008, p.65) aponta os critérios de avaliação dos textos esclarecendo que o texto de artigo de opinião deve apresentar uma polêmica local e busca persuadir o leitor, utilizando argumentos convincentes. Os avaliadores individualmente atribuíram pontos de 0 a 10, assim distribuídos: entre 0 a 7 aos aspectos próprios do gênero: pertinência ao tema proposto, presença de elementos do gênero “artigo de opinião”, busca de informações sobre o tema, originalidade. E, de 0 a 3 pontos, para os aspectos mais gerais de gramática e ortografia. Assim foram selecionados os textos vencedores e publicados nos materiais impressos e virtuais.

3.6 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DO *CORPUS*

A presente pesquisa é pautada pela abordagem de Swales (1990) e Bonini (2004). Vão-se aplicar os passos da microanálise, vistos por Bonini, ao gênero artigo. Desse modo, serão executados os seguintes passos:

- a) Levantamento da literatura a respeito do gênero: i) levantamento nos fascículos sobre os gêneros textuais; ii) leitura de textos acadêmicos sobre gêneros; iii) leitura e análise a respeito do artigo de opinião.
- b) Estabelecimento de uma interpretação estrutural para o gênero: i) levantamento dos “mecanismos textuais” (movimento e sequência); análise da composição retórica (estrutura composicional); materialidade da língua.
- c) Estabelecimento dos papéis dos participantes do discurso realizado por esse gênero.

Depois da seleção do *corpus*, o passo seguinte contará com a análise e a discussão dos dados.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os resultados obtidos na análise dos artigos de opinião publicados na seção ‘textos recomendados’ dos fascículos Pontos de Vista do Programa *Escrevendo o Futuro* e do livreto das Olimpíadas de Língua Portuguesa *Escrevendo o Futuro*, realizada com base nos preceitos teórico-metodológicos de Swales (1990) e conforme as orientações de Bonini (2004), ambos apresentados nos capítulos de Fundamentação Teórica e Metodologia deste trabalho.

No primeiro momento, será apresentada a organização retórica dos textos tomados para análise; em segundo momento, a relação entre o artigo de opinião e aspectos do papel social de seu produtor (o articulista), é analisada.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA COMPOSICIONAL DO GÊNERO

Com base na abordagem de Swales (1990), objetivando a determinação da organização retórica de um gênero, foram apontados os movimentos retóricos para a construção do modelo descritivo do gênero artigo de opinião a partir das análises dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa. Optou-se por não especificar esses movimentos em passos retóricos.

Os artigos de opinião são encontrados nas páginas de jornal e revistas, chamando a atenção para questões polêmicas e controversas, destacando os assuntos nas variadas áreas: econômica, cultural, política, etc. Portanto, ele tem como origem o noticiário dentro do próprio jornal. O articulista, jornalista ou profissional, manifesta uma ideia sobre determinado assunto, coloca uma posição e procura defendê-la por meio de argumentos.

Ao produzir um artigo de opinião, o articulista, manifesta seu ponto de vista e traz sua assinatura, registrando sua produção e divulgando-a nas páginas dos jornais. Tais manifestações podem ser encontradas na seção ‘Textos Recomendados’ do fascículo Pontos de Vista do Programa *Escrevendo o Futuro* e no livreto da Olimpíada de Língua Portuguesa.

Para analisar a organização retórica dos artigos de opinião procedeu-se a análise da distribuição das informações em cada um dos 9 textos. Portanto, usando a abordagem de Swales (1990), descrita nos capítulos I e III deste trabalho, identificou-se a presença de movimentos retóricos.

A análise identificou seis movimentos. Com relação à nomenclatura usada para denominar os movimentos, pode-se notar que os nomes dos movimentos encontrados são, na sua maioria, baseados em Monteiro (2008). Os resultados aqui apresentados, a partir da análise dos 9 textos, mostraram um padrão não recorrente com relação à sequência em que os movimentos aparecem nos textos, os quais serão descritos a seguir:

- a) **Movimento I: identificar o título e autoria** – proporciona elementos que auxiliam o leitor no reconhecimento do texto, dando-lhe informações, tais como o título e o articulista. A partir deste movimento o leitor pode ter uma noção do que estará lendo. Vejam-se os exemplos:

(1) No morro não tem só bandido
Geovana de Souza⁹
(Pontos de Vista, Textos Recomendados, p. 73, 2006.)
Texto 2

(2) Café na avenida: certo ou errado?
Ângela Maria Santos
(Pontos de Vista, Textos Recomendados, p. 80, 2008.)
Texto 3

O título refere-se ao problema existente ou levanta a questão polêmica, como nos exemplos “*No morro não tem só bandido*” e “*Café na avenida: certo ou errado?*” que levantam uma questão polêmica relevante e atual. O movimento I apresenta, ainda, a autoria do texto que, no exemplo 1, é sinalizada pelo nome próprio *Geovana de Souza* e no exemplo 2, por *Ângela Maria Santos*. Essa sinalização do nome dos articulistas pode, muitas vezes, influenciar ou mesmo mudar convicções e hábitos dos leitores. Isso pode ser notado quando o articulista é uma pessoa com uma boa reputação no meio em que escreve.

- b) **Movimento II: apresentar uma questão polêmica** – introduz de forma resumida questões controversas e polêmicas de relevância social, criadas em torno de fatos que

⁹ Para preservar a identidade dos autores, os nomes são fictícios.

foram notícia. É um modo de o leitor identificar as bases do que foi desenvolvido no artigo. É o momento em que o articulista sintoniza o leitor dentro da questão polêmica a ser abordada no artigo. O leitor passa a identificar o assunto presente no texto. Observem-se os exemplos:

(3) O lugar onde vivo é uma típica cidadezinha do interior do Paraná, com uma população de apenas 4. 275 habitantes. O formato do município de Tamboara é no mínimo curioso, quase um quadrado perfeito emoldurando uma cidade em miniatura com virtude e problemas característicos de uma cidade pequena.

Em nosso município e região a cana-de-açúcar é a principal fonte de trabalho; é cortando cana que muitos trabalhadores sustentam suas famílias. Devido ao serviço árduo e estafante, podemos chamá-los de cavaleiros da cana, pois levantam de madrugada, vestem suas armaduras e saem para a luta com a determinação de guerreiros.

Mas ultimamente algo vem lhes tirando o sono: a provável mecanização da colheita da cana.

(Cavaleiros da cana versus mecanização, Livreto Artigo de Opinião, Brasília, 10/12/08, p. 68)

Texto 5

(4) A Praça D. Pedro II, localizada em frente à Catedral Metropolitana de Fortaleza, é palco de uma polêmica questão da cidade. É lá que funciona a Feira da Sé, um enorme agrupamento de vendedores ambulantes que já se tornou conhecido não só na capital como também no interior do Estado do Ceará. Recentemente, no dia 16 de abril, uma ordem judicial estabeleceu a remoção dos comerciantes da praça até o dia 27 de maio, uma vez que o trânsito no lugar torna-se caótico durante o funcionamento da feira.

Desde então o embate entre os ambulantes e as forças da Guarda Municipal tem sido imenso. Exemplo disso foi o que ocorreu no dia 22 de junho, com inúmeras agressões e algumas prisões de populares. O caso traz à tona uma importante pergunta: “O que é mais importante, o fator humano ou a organização da cidade?”. (Praça de trabalhadores, Livreto Artigo de Opinião, Brasília, 10/12/08, p. 72).

Texto 8

No texto 5, a articulista traz uma questão polêmica relevante para o município de Tamboara e região: *a cana-de-açúcar é a principal fonte de trabalho* e registra a provável mecanização da colheita da cana. No texto 8, a articulista explica a questão polêmica relevante e atual da cidade, *situando a Praça D. Pedro II em Fortaleza e a Feira da Sé onde os vendedores ambulantes comercializam seus produtos e que uma ordem judicial estabeleceu a remoção dos comerciantes da praça e o embate entre ambulantes e as forças da Guarda Municipal têm sido imensas*. Ambos definem uma questão polêmica relevante e atual da cidade onde moram.

c) **Movimento III: apresentar posicionamento** – aponta a posição tomada pelo articulista,

defendendo-a, utilizando argumentos consistentes e bem fundamentados, apresentando convicção na tomada de posição: a favor ou contra, sim ou não, certo ou errado. Nos exemplos:

(5) Na minha opinião, tem gente passando muita necessidade e a fome é tanta, que elas vão roubar e, sem pensar no que estão fazendo, se envolvem na bandidagem e no tráfico de drogas. Com isso, o lugar onde moro vai aparecendo na televisão e nos jornais.

(No morro não tem só bandido, Pontos de Vista, Textos Recomendados, p. 73, 2006).

Texto 2

(6) Eu penso que com a pista interditada havia a possibilidade de acontecer acidentes, visto que a interdição da avenida não foi mesmo comunicada com antecedência a população. Esta avenida é uma das mais movimentadas de minha cidade, pois dá acesso ao distrito industrial, a usina de açúcar e álcool e a rodovia estadual próxima, portanto não deveria estar sendo usada dessa forma.

Portanto, sou contra a colocação do café na avenida porque privilegia alguns em detrimento de outros, abre precedentes e atrapalha o trânsito da cidade.

(Café na avenida: certo ou errado?, Pontos de Vista, Textos Recomendados, p. 80, 2008).

Texto 3

Diante de uma questão polêmica, o articulista explicita sua posição. Nos exemplos acima com as expressões “Na minha opinião” no texto 2 e “Eu penso que” no texto 3, os articulistas manifestam seu posicionamento apresentando argumentos para convencer o leitor.

d) **Movimento IV: apresentar os argumentos** – contextualiza a questão abordada no texto, explicitando mediante a apresentação de argumentos (prova, indício) e dialoga com diferentes pontos de vista que circulam sobre a polêmica. É neste movimento que o articulista coloca todo o seu entendimento acerca do que está escrevendo. Neste movimento ele/a contextualiza a questão abordada no texto, explicitando mediante a apresentação de argumentos (prova, indício) e dialoga com diferentes pontos de vista que o/a levam a determinada opinião. O articulista pode fazer isso por meio de dados estatísticos, provas, resultados de pesquisas e experiências científicas, informações obtidas com especialistas na área, observações entre outras coisas que circulam sobre a polêmica; Vejam-se os exemplos:

(7) Segundo pesquisa realizada pela 4ª série, turma 43 da E. E. B. “Antonio Colonette”, das 819 pessoas ouvidas de várias localidades do município de Içara, constatamos que 70% são contra a instalação da mina, porque prejudica o meio ambiente, o solo, a água, o ar, a vida dos seres vivos, com risco de morte, além do

cheiro insuportável da perita. Elas têm consciência de que a mina vai acabar com a atividade agrícola, vai prejudicar a terra. Porém, 30% são a favor, pois a abertura da mina de carvão trará novos empregos, lucro ao município, com aumento de arrecadações dos impostos, crescimento, novas tecnologias, modernidade, além da fabricação do cimento, energia, aço, etc.

(Doce Içara com sabor amargo, Pontos de Vista, Textos Recomendados, p. 81, 2008).

Texto 4

(8) Com a implantação da mecanização, as usinas teriam mais lucros, pois, segundo dados da Alcopar, enquanto um trabalhador colhe em média seis toneladas de cana por dia, uma máquina pode colher seiscentas.

Segundo dados da União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), o Paraná ocupa o segundo lugar na produção de cana-de-açúcar. Isso é algo que podemos perceber claramente observando o aumento do plantio de cana em nossa área rural, que, se por um lado, gera muitos empregos, por outro, causa problemas ambientais.

Nesse sentido, os que são contrários ao processo de mecanização da colheita de cana-de-açúcar argumentam que ele tiraria o emprego de muita gente, que em sua maioria possui baixa escolaridade e não conseguiria outro emprego, principalmente com carteira assinada, como o proporcionado pelo corte de cana.

Os que argumentam a favor citam as questões ambientais, pois com o trabalho das máquinas não haveria a necessidade das queimadas dos canaviais que poluem o ar, matam animais e prejudicam a saúde humana, principalmente a dos próprios cortadores de cana que entram em contato direto com a fuligem.

(Cavaleiros da cana versus mecanização, Livreto Artigo de Opinião, Brasília, 10/12/08, p. 68).

Texto 5

Os exemplos acima apresentam argumentos para convencer os leitores, no primeiro exemplo (texto 4) constata-se que a autora buscou informações sobre a questão em debate, sinalizado por: “*Segundo pesquisa realizada*”, que aponta para uma pesquisa realizada junto à população, divulgando os resultados e apontando a posição dos contrários e favoráveis, “*70% são contra*” “*30% são a favor*”. No texto 5, as informações trazidas pelas expressões: “*segundo dados da Alcopar*”, “*Segundo dados da União dos Produtores de Bioenergia (UDOP)*” apontam para o conhecimento do articulista do assunto tratado. As expressões “*os que são contrários ao processo de mecanização da colheita de cana-de-açúcar argumentam que*”, “*Os que argumentam a favor citam as questões ambientais, pois*” apresenta os argumentos e contra-argumentos para convencer o leitor.

- e) **Movimento V: apresentar a conclusão** – apresenta uma avaliação, encerramento, por parte do articulista, de forma positiva ou negativa, apresentando considerações finais, previsão de futuro em relação aos fatos relatados ou em relação aos argumentos que norteiam a interpretação exposta, podendo oferecer uma solução. Este movimento, muitas vezes é concluído pelo articulista reafirmando sua posição, reforçando a posição tomada.

Observem-se os exemplos:

(9) Em suma, a resolução desse impasse não é simples nem tampouco pode ser alcançada por medidas violentas e isoladas. É necessário planejamento e organização, a fim de remanejar os ambulantes para um lugar apropriado e regulamentá-los, resolvendo, dessa forma, dois problemas que afligem o povo fortalezense.

(Praça de Trabalhadores, Brasília, 10/12/08, p. 72).

Texto 8

(10) Sou plenamente favorável à pavimentação da BR-364, pois ela, quando concluída, será um atrativo para a instalação de indústrias e empresas para nossa região, gerando assim emprego e renda para a população. Também proporcionará a integração de todo o Acre. O governo garantiu que a rodovia será pavimentada até 2010. Espero que o sonho dos acreanos, em especial dos cruzeirenses, se realize o mais breve possível, pois só assim viveremos dias melhores.

(BR-364: desenvolvimento ou preservação?, Livreto Artigo de Opinião, Brasília, 10/12/08, p. 52).

Texto 6

No exemplo acima, a autora sinaliza sua conclusão com a expressão “*Em suma*” indicando a finalização do texto 8 enquanto que no texto 6 a/o articulista finaliza com uma conclusão que reforça a posição por ele/a tomada “*Sou plenamente favorável a pavimentação da BR-364, pois ela, quando concluída*”.

f) **Movimento VI: apresentar dados de identificação do autor** – expõe elementos que podem levar o leitor a um contato extra com o articulista, tais como endereço eletrônico e sites, como local onde trabalha, formação e especialidade e/ou identificação de sua professora, escola e cidade. Alguns artigos, estas informações antecedem ao texto propriamente dito e em outros artigos é sinalizado no final do texto. Observem nos exemplos:

(11) Grande Vencedora 2004

Gênero “Artigo de Opinião”

Professora: Myrian Rodrigues da Silva Munhoz

Escola Municipal 04-20-013 Alice Tibiriçá

Cidade: Rio de Janeiro (RJ)

(No morro não tem só bandido, Pontos de Vista, Textos Recomendados, p. 73, 2006)

Texto 2

(12) Professora: Soleima Aparecida de Oliveira

Escola: E. E. B. Luiz Davet

Cidade: Major Vieira – SC

(Sustento de alguns, ruína de outros, Livreto Artigo de Opinião, Brasília, 10/12/08, p. 63).

Texto 9

Os textos 2 e 9 apresentam o nome da professora e o nome da escola para um possível contato do leitor com o articulista, mas não apresentam outros endereços tais como: site, e-mail, endereço residencial, telefone, outros. No texto 2 a ocorrência do movimento VI antecede ao texto propriamente dito e no texto 9 a ocorrência deste movimento é registrada no final do artigo de opinião.

Esses movimentos são concretizados nos textos analisados de acordo com a postura pessoal de organização da escrita por parte do articulista, uma vez que há uma variação considerável de autor para autor. Contudo, é possível observar que a ideia de apresentar uma questão polêmica, o posicionamento do articulista e apresentação de argumentos acerca deste fato, está presente de modo marcante nesse *corpus*, foi constatada em todos os textos.

A ideia central do trabalho foi enfatizar o desenvolvimento das oficinas com as sequências didáticas, cada professor planejou o seu trabalho para orientar seus alunos e cada articulista ao final das oficinas produziu seu texto. O gênero artigo de opinião fica caracterizado à medida que é retomado, pelo menos um fato noticioso, polêmico, em que o autor estabelece uma tomada de posição e procura defendê-la por meio de argumentos.

Apresentamos a seguir, uma visualização da ocorrência textual dos movimentos retóricos levantados nesta pesquisa.

Movimentos	Texto
M I: identificar o título e autoria	Doce Içara com sabor amargo Joice Zilli da Silva
M II: apresentar uma questão polêmica	Içara é a capital do mel, cidade mais doce do Brasil. Agora com um sabor diferente, amargo, que vem preocupando seus moradores. Numa localidade vizinha, na zona rural de Santa Cruz, há um projeto para instalação de uma mina de carvão. Com a abertura da mina, os moradores descontentes acabarão abandonando suas terras, vendendo-as e deixando para trás toda uma vida dedicada ao campo, especialmente a apicultura. Durante a entrevista realizada na Câmara Municipal de Vereadores, um vereador informou que os projetos foram discutidos e aprovados. A polêmica continua, no entanto a decisão caberá ao Poder Judiciário.
M III: apresentar posicionamento	Penso que a população deveria ser consultada sobre o assunto. Os agricultores e a empresa mineradora deveriam ter a preocupação com o meio ambiente, cumprindo a Constituição Brasileira que prevê que a agressão ao meio ambiente é crime.
M IV: apresentar os argumentos	Segundo pesquisa realizada pela 4ª série, turma 43 da E. E. B. “Antonio Colonette”, das 819 pessoas ouvidas de várias localidades do município de Içara, constatamos que 70% são contra a instalação da mina, porque prejudica o meio ambiente, o solo, a água, o ar, a vida dos seres vivos, com risco de morte, além do cheiro insuportável da perita. Elas têm consciência de que a mina vai acabar com a atividade agrícola, vai prejudicar a terra. Porém, 30% são a favor, pois a abertura da mina de carvão trará novos empregos, lucro ao município, com aumento de arrecadações dos impostos, crescimento, novas tecnologias, modernidade, além da fabricação do cimento, energia, aço, etc.
M III: apresentar posicionamento	Na minha opinião, a localidade de Santa Cruz tem muitas famílias que vivem lá há anos, trabalhando na terra, tirando o seu e o nosso sustento, e precisam permanecer na terra, sem que haja a instalação da mina.
M V: apresentar a conclusão	Continuar com a terra fértil, cheia de plantações, água pura, potável, com pessoas que a amam será a melhor solução. Afinal, este “sabor amargo” do carvão precisa ser conhecido por todos, adoçado com um pouquinho de mel, preservando a vida.
M I: identificar o título e autoria	Joice Zilli da Silva,
M VI: apresentar dados de identificação do autor	11 anos, aluna da professora Édina da Silva de Freitas, da E. E. B. Antonio Colonetti, Içara (SC), participante do Prêmio Escrevendo o Futuro.
	Pontos de Vista, Textos Recomendados, p. 81, 2008.

Ilustração 8 – Quadro sobre análise de um exemplar de gênero artigo de opinião.

Neste exemplo de artigo de opinião, é possível, portanto, visualizar os seis movimentos característicos do gênero.

O **movimento I** fornece ao leitor a identificação do texto, apresentando-lhe o título – *Doce Içara com sabor amargo.* –, e, em seguida, a autoria com o nome da articulista, *Joice Zilli da Silva*. Desta forma, o texto passa a ganhar uma apresentação.

O **movimento II** é sinalizado pela frase: *Um projeto para instalação de uma mina de carvão*, envolvendo agricultores e mineradores que é a apresentação da questão polêmica. Trata-se de uma insatisfação que, segundo afirma a articulista, vai influenciar no sustento de cada morador.

No **movimento III**, a articulista apresenta seu posicionamento, interpretando os fatos, começando por afirmar que *os agricultores e a empresa mineradora deveriam ter a preocupação com o meio ambiente, cumprindo a Constituição Brasileira*. A articulista retorna este movimento, após apresentação dos argumentos favoráveis e contrários, movimento IV para dar sua opinião com convicção “*Na minha opinião..*” e inserindo ao contexto, enfatizando a ideia de que os agricultores precisam permanecer na terra, “*tirando o seu e o nosso sustento*”. Por fim, encerra este movimento afirmando que *as famílias precisam permanecer na terra*, sem que haja a instalação da mina.

No **movimento IV**, a articulista apresenta os argumentos para convencer o leitor apontando os dados, apresentando a pesquisa realizada junto à população sobre o assunto. E encerra este movimento apontando o resultado da pesquisa realizada onde foi constatada que *70% da população são contra a instalação da mina* e que é preciso manter os agricultores no campo.

No **movimento V**, a articulista procura enfatizar a permanência do homem do campo na terra, continuando com a terra fértil e produtiva, apontando a melhor solução. Para ela, a terra deverá permanecer com pessoas que a amam. E, encerra com uma espécie de apelo sobre o “*sabor amargo*” do carvão que precisa ser propagado entre todos, utilizando um pouquinho do mel para adoçar e preservar a vida.

No **movimento VI** a articulista finaliza o texto com informações que podem levar

o leitor a um contato extra com a articulista, apresentando sua idade, sua professora, escola e seu estado.

4.1.1 Ocorrência dos Movimentos

Numa amostra de 9 (nove) textos de artigos de opinião que compõe o material da pesquisa, os seis movimentos retóricos aparecem em todos os artigos. A ilustração a seguir apresenta a frequência de ocorrências dos movimentos:

MOVIMENTOS	OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM
Movimento I: identificar o título e autoria	13	18, 57%
Movimento II: apresentar uma questão polêmica	10	14, 28%
Movimento III: apresentar posicionamento	12	17, 14%
Movimento IV: apresentar os argumentos	15	21, 42%
Movimento V: apresentar a conclusão	11	15, 71%
Movimento VI: apresentar dados de identificação do autor	9	12, 85%
TOTAL	70	99, 97%

Ilustração 9 – Porcentagem da ocorrência dos movimentos nos textos do gênero

Conforme apresentado acima, todos os movimentos retóricos aparecem em todos os artigos, e repetem vários movimentos num mesmo texto, perfazendo um total de 70 ocorrências destes movimentos. O movimento IV, **apresentar os argumentos** foi o que demonstrou maior registro (15) de ocorrências, seguido dos movimentos I (13 ocorrências), **identificar o título e autoria** e do movimento III (12 ocorrências), **apresentar posicionamento** totalizando 25 ocorrências. O movimento V, **apresentar a conclusão** registrou 11 ocorrências e o movimento II, **apresentar uma questão polêmica** apresentou 10 ocorrências. E, finalmente, o movimento VI **apresentar dados de identificação do autor** exibindo elementos que podem levar o leitor a um contato extra com o articulista, foi o que demonstrou menor ocorrência (9 ocorrências), mas visível em todos os textos, ora na parte inicial, ora na parte final.

Como podem ser notados, os movimentos mais favorecidos são os movimentos: IV - apresentar os argumentos e I - identificar o título e autoria, o menos favorecido é o movimento VI – apresentar dados de identificação do autor.

A ilustração abaixo mostra os números mencionados acima de maneira a tornar mais claro para o leitor a visualização da frequência das ocorrências.

É importante notar que há a ocorrência de um mesmo movimento em diferentes partes do um mesmo texto, e foi contado mais de uma vez. O que demonstra que alguns textos apresentam ciclicidade dos movimentos.

ARTIGO	MOVIMENTOS										TOTAL
	M1	M6	M1	M2	M5	M4	M3	M5			
1	M1	M6	M1	M2	M5	M4	M3	M5			08
2	M1	M6	M1	M2	M4	M3	M4	M5			08
3		M1	M2	M4	M3	M5	M4	M5	M1	M6	09
4		M1	M2	M3	M4	M3		M5	M1	M6	08
5		M1	M2	M3	M4	M3	M4	M5	M6		08
6		M1	M2	M4	M3	M4		M5	M6		07
7		M1	M2	M4	M3	M4	M3	M5	M6		08
8		M1	M2	M4	M3			M5	M6		06
9		M1	M2	M3	M4	M2	M4	M5	M6		08

Ilustração 10 – Quadro com estatística de ocorrência dos movimentos no *corpus*

Como mencionado anteriormente, após a análise dos movimentos retóricos presentes nos 9 textos analisados, notamos a presença de movimentos cíclicos. No conjunto de seis movimentos retóricos, constatou-se que os movimentos: I e II apresentam-se logo no início em todos os textos, numa sequência ordenada, caracterizando-os como movimentos obrigatórios, o que significa que identificar o texto e apresentar o seu fio condutor é fundamental para a construção do gênero artigo de opinião, ou seja, sem questão polêmica não existe artigo de opinião, ao passo que os outros quatro movimentos: III, IV, V e VI não apresentam uma sequência ordenada, isto é, há alternância na ocorrência dos movimentos. Toda questão polêmica gera discussões porque existem pontos de vista diferentes: uns contrários, outros a favor sobre o assunto. Para isso, o articulista, ao escrever, apresenta sua organização: ora posicionando-se (movimento III), ora argumentando (movimento IV), o articulista explicita sua tomada de posição, em geral, sinalizando com expressões próprias. No movimento IV, apresenta argumentos e contra-argumentos fundamentados em conhecimentos que o articulista tem sobre o assunto, procura convencer o leitor. A finalização do texto, movimento V, realiza-se como uma conclusão que reforça a posição tomada pelo articulista.

É possível identificar cada um dos movimentos nos textos, embora o movimento VI se apresente informações extras, se apresenta de maneira bem particular, no início ou no final do texto.

O gênero artigo de opinião escrito por estudantes, portanto, é construído com base nestes movimentos, que são evidenciados nos textos analisados.

4.1.2 Gênero Artigo de Opinião ou Reconfiguração da Dissertação Escolar

Para verificarmos a hipótese de que o gênero artigo de opinião seria ou não uma reconfiguração da dissertação escolar, foi aberto um fórum de discussão sobre a questão, no Portal da Comunidade Virtual *Escrevendo o Futuro*, para ouvirmos os profissionais que participaram das Olimpíadas de Língua Portuguesa, e que trabalharam todo o ano de 2008 com o referido gênero, nas escolas públicas de todo o Brasil.

A pesquisadora, como um membro-comum, cadastrada na Comunidade Virtual na plataforma fórum do Programa, para trocar ideias com os frequentadores a respeito do que pensam sobre o gênero artigo de opinião e a dissertação escolar. O cadastro concede o direito ao autor de pertencer à comunidade virtual e poder acessar todas as seções do ambiente virtual. Foi lançada a seguinte conversação:

Artigo de opinião e dissertação, há diferenças?

Na minha prática pedagógica, obtive algumas considerações (esclareço, por profissionais que não puderam participar do programa Escrevendo o futuro), como a de que o gênero artigo de opinião (do nosso programa) não passa de mera reconfiguração da dissertação escolar. Particularmente, tenho procurado estabelecer a diferença entre estas duas práticas. E você, o que pensa? (FREITAS, 2009)

Como se pode verificar, na questão acima, em nenhum momento, usou-se o termo tipologia, ou a distinção entre tipos e gêneros, para que os participantes não tivessem suas respostas induzidas para tal distinção. O fórum viabilizou uma discussão interessante e obtivemos comentários curiosos. Para esta reflexão, trouxemos três participações do fórum que apresentam a necessidade de melhor esclarecimento sobre a distinção entre gênero artigo de opinião escolar, dissertação escolar e tipos textuais apresentadas na ilustração 11, abaixo:

<p>Sujeito 1</p>	<p>Re: Artigo de opinião e dissertação, há diferenças?</p> <p>Por enquanto, quero dizer que o artigo de opinião não se confunde com a dissertação escolar, a não ser pelo fato de ambos serem gêneros argumentativos.</p> <p>A primeira e mais marcante diferença é a esfera onde o artigo de opinião é produzido, a jornalística. Como produto dessa área, o artigo de opinião tem um discurso jornalístico (muito diferente do escolar) e sua função é trazer para o público-leitor do jornal as opiniões que circulam, em meios especializados, sobre questões polêmicas que dizem respeito a esses meios. Como ele é um gênero escrito por especialistas das áreas de conhecimento onde a polêmica se deu (área médica, ambiental, política, religiosa etc.) seu conteúdo e o diálogo argumentativo que nele se dá são muito mais complexos e sofisticados do que o conteúdo e argumentação da dissertação escolar.</p> <p>O que fazemos, ao propor o ensino de artigo de opinião na escola, é procurar instrumentalizar o aluno para ser, em primeiro lugar, um bom leitor desse gênero e, em segundo, para produzir textos que possam aproximar-se, em suas características básicas, dos verdadeiros artigos de opinião.</p> <p>Mas vamos discutir mais o assunto que a conversa está boa!</p>
<p>Sujeito 2</p>	<p>Eu diria que sim, pois o artigo de opinião é um texto em que se expressa a opinião, o pensamento de uma pessoa sobre determinado assunto, enquanto que dissertar é expor sobre um assunto, esclarecendo as verdades que o envolvem, discutindo a problemática que nele reside. A dissertação é bem mais ampla e cheia de regras podendo se tratar de um assunto ou de variados temas. Já o artigo de opinião se fundamenta em impressões pessoais do autor do texto.</p>
<p>Sujeito 3</p>	<p>Particularmente, considero que a diferença básica entre dissertação e artigo de opinião parte do tipo de locutor, pois, no texto dissertativo, o locutor se posiciona como impessoal ou coletivo e expõe os argumentos como verdades universais, sem necessariamente se preocupar com argumentos contrários; já no artigo de opinião, o locutor se posiciona como pessoal ou coletivo, dependendo do objetivo da enunciação.</p>

Ilustração 11 – Transcrição de respostas de 3 sujeitos do Portal *Escrevendo o Futuro*

De modo mais geral, verificou-se que houve muitas divergências nas opiniões, especificamente nas definições em que os participantes tentaram diferenciar o gênero artigo de opinião e a dissertação escolar. A questão ainda não está muito clara, acredito, não só para os participantes, como também para os tantos professores que trabalham a produção textual escolar.

A experiência foi bem-sucedida: o ambiente virtual proporcionou espaço para discussão entre os participantes. Para tentar responder a essas questões, recuperamos a classificação dos tipos textuais e gêneros textuais apresentadas por Marcuschi (2005, p. 22), que nos serviu de base para definir as duas noções:

A expressão tipo textual designando a sequência linguística (narração, descrição, argumentação, injunção e exposição) e gênero textual a noção de textos materializados que encontramos em nossa vida diária (telefonema, bilhete, receita, carta...). Todos os gêneros apresentam-se, manifestam-se sempre num determinado

gênero textual, é necessário o conhecimento do funcionamento para a sua produção e para a sua compreensão.

A partir das respostas obtidas, nota-se que o objeto aqui apresentado possui todo um universo ao seu redor que ainda precisa ser explorado por pesquisadores, com o propósito de levar os professores a melhor compreender o gênero textual, os tipos textuais, para, então, melhor entenderem as formas recorrentes de utilização e compreensão do gênero artigo de opinião e suas contribuições para o ensino básico.

Trabalhar com gêneros é lidar com a língua em uso, e isto acontece dentro de um gênero. Relacionar as produções textuais de escrita na escola a um gênero não implica em uma substituição de termos: gênero no lugar de redação, composição e/ou produção de texto. A adoção de se trabalhar o artigo de opinião no contexto escolar, tal como é proposto pelo *Escrevendo o futuro*, trata-se de uma mudança de concepção, de tratamento didático no ensino da prática de produção de textos. O gênero artigo de opinião, como meio articulador da qualidade do ensino na compreensão e produção de textos na escola básica, também ganha importância na visão dos participantes do fórum da comunidade virtual, que já trabalharam e trabalham o referido gênero acreditando nesse propósito.

Entendemos que, se quisermos abordar as práticas de produção textual escrita na escola também em seus aspectos discursivos como práticas sócio-interacionistas, devemos trabalhá-las enquanto gêneros textuais que, segundo Marcuschi (2005, p. 20), devem ser “contemplados em seus usos e condicionamentos sócio-pragmáticos caracterizados como práticas sócio-discursivas”.

Os gêneros textuais, em sua abrangência, incluem todos os gêneros usados nas comunicações cotidianas, como nas familiares, nos contatos médicos, no jornalismo, na instância jurídica, na religião, enfim, nos gêneros designativos de cada área da ciência, e são considerados excelentes instrumentos de ensino: portanto, devem ser abordados/ensinados na escola. Os gêneros têm existência infinita: são tantos quantos forem às situações de comunicação que ocorrem nas áreas de ação e conhecimento humano, é preciso escolher quais são os que devem fazer parte do currículo escolar. E, sem dúvida: entre eles estão os gêneros jornalísticos.

A seguir, passamos para a análise dos aspectos do papel social dos articulistas nas suas produções textuais, através da verificação dos temas abordados e do estilo de composição textual.

4.2 ARTIGO DE OPINIÃO E ASPECTOS DO PAPEL SOCIAL DO ARTICULISTA

Paré e Smart (1994, p. 146) realizam duas perguntas para uma sugestão metodológica de pesquisa ao estudo de gêneros concebidos como ação social, sendo essas perguntas: “O que, além de textos, são os elementos constitutivos observáveis de um gênero? E quais são as relações entre tais elementos?” Carvalho (2005, p. 136) destaca os elementos a examinar em um estudo direcionado a noção de gênero como ação social “seria necessário examinar que regularidades são aparentes em um conjunto de textos representativos de certo gênero, que regularidades são observáveis nos processos de produção e recepção dos textos, e, ainda, que regularidades se percebem nos papéis sociais desempenhados por seus produtores e consumidores”.

Com vistas a conduzir esta investigação dos papéis sociais acima citado, Paré e Smart (1994) propõem a observação de suas atribuições dos participantes, do grau de poder que detêm para tomar decisões, das limitações que encontram na realização de tarefas, do grau das relações que se estabelecem entre os usuários do gênero (mais ou menos socialmente distantes). Para os autores, “as características genéricas dos papéis e das relações determinam o que pode e o que não pode ser feito e dito por certos indivíduos, assim como quando, como, onde e para quem” (PARÉ e SMART, 1994, p. 149). Bonini (2008) aponta uma pesquisa de campo que envolva observação, questionário, entrevista, etc para o estudo de gênero na proposta de Paré e Smart. No caso da presente pesquisa, como não foi possível realizar um trabalho de campo, houve a tentativa de visualizar aspectos do papel social dos articulistas nas próprias produções textuais e em sua ocorrência no jornal.

Primeiramente, foram verificados os temas nos quais os articulistas atuaram, o que de certa forma, contribui para explicar as atribuições que compõem o papel social do produtor desse gênero. Estava explícito no regulamento do Concurso/olimpíada, que o tema seria “O lugar onde vivo”, conduzindo o articulista a escrever sobre uma questão polêmica presente na comunidade onde vive, estimulando novas leituras, pesquisas e estudos, proporcionando um outro olhar sobre a realidade e uma perspectiva de transformação social.

Com relação ao tema foi realizado um levantamento dos assuntos tratados nos exemplares do gênero que compõem o *corpus* da pesquisa, para identificar quais áreas sociais

são mais constantemente abordadas pelos articulistas. A ilustração a seguir expõe o resultado do levantamento.

ÁREAS SOCIAIS	TÍTULO
Ambiental/ecológica	Benjamin sem máscara
Comportamento humano	No morro não tem só bandido
Produção/agricultura	Café na avenida: certo ou errado? Cavaleiros da cana versus mecanização Sustento de alguns, ruína de outros
Mineração/extração mineral	Doce Içara com sabor amargo Em defesa da vida
Urbanização/transporte	BR-364: desenvolvimento ou preservação?
Economia/comércio	Praça de trabalhadores

Ilustração 12 – Temas abordados pelos articulistas vencedores no Prêmio e na Olimpíada

Com relação aos assuntos arrolados nos textos, e apresentados na ilustração acima, é possível verificar que há uma maior abrangência de artigos de opinião nos campos da produção/agricultura com os 3 (três) títulos: *Café na avenida: certo ou errado?*, *Cavaleiros da cana versus mecanização e Sustento de alguns, ruína de outros* e da mineração/extração mineral na seleção de 2 (dois) títulos: *Doce Içara com sabor amargo e Em defesa da vida*. As demais apresentaram um título para cada área social: Ambiental/ecológica, Comportamento humano, Urbanização/transporte e Economia/comércio.

Esse levantamento dos assuntos abordados nos textos pelos articulistas nos exemplares do gênero que compõem o corpus da pesquisa indica que as questões mais trabalhadas dizem respeito aos campos mais polêmicos nas realidades locais, ficando ao critério da empresa (jornal), uma cobertura da imprensa. A divulgação, publicação dos artigos, conforme os temas abordados, pode ser organizado e estruturado nas seções do jornal ou revistas de acordo com o tema social. No entanto, os temas sociais levaram o articulista a reconhecer os pontos positivos e negativos de determinado problema social, favorecendo uma análise de sua própria realidade, o lugar onde vive. Observem os exemplos:

(13) Um fato estranho aconteceu em minha cidade. O prefeito interditou a avenida principal para secagem de café, provocando muita polêmica.

Um cafeicultor pediu um espaço ao prefeito alegando que a colheita estava atrasada por causa da chuva, como a safra foi muito grande ele já não possuía espaço suficiente para secar café. Segundo ele, se o prefeito não cedesse um espaço, ele teria que parar com a safra e demitir duzentos trabalhadores rurais.

Algumas pessoas estão revoltadas com a atitude do prefeito, mas outras consideram que ele está certo.

(Café na avenida: certo ou errado? Pontos de Vista, Textos Recomendados, p. 80, 2008).

Texto 3

(14) Major Vieira é uma cidade calma e pequena, de povo hospitaleiro e ambiente acolhedor. É um município rural, pois a economia é essencialmente agrícola.

Um dos problemas da nossa cidade está exatamente na principal atividade da agricultura major-vieirense: o cultivo do fumo. A maioria da população não vê problema algum; pelo contrário, acha que o cultivo do tabaco é a única alternativa de desenvolvimento para o município. Quase ninguém percebe que o mesmo fumo alimenta a economia local e se transforma no cigarro que mata tantas pessoas. (Sustento de alguns, ruína de outros, Livreto Artigo de Opinião, Brasília, 10/12/08, p. 63).

Texto 9

Nos exemplos seus articulistas apresentam temas sociais da própria realidade local reconhecendo os aspectos positivos e negativos dos problemas levantados. Ao articulista é atribuído um papel de especialista, o que confere obrigações e também poderes específicos.

Outro aspecto que contribui para entender a constituição do papel social do articulista é o estilo de escrita que os autores empregam. De modo geral, o estilo que o articulista desenvolve fica entre uma linguagem acadêmica e uma linguagem informal do dia a dia. Isso revela diferentes possibilidades de relação do articulista com o leitor, o que decorre de relações de poder diversas. Veja nos exemplos:

(15) Apesar de algumas pessoas garantirem que o decreto do prefeito é legal, porque está previsto na lei orgânica do município em seu artigo 94, o promotor de justiça afirmou que “a medida é juridicamente discutível”.

(Café na avenida: certo ou errado? Pontos de Vista, Textos Recomendados, p. 80, 2008).

Texto 3

(14) Há vinte anos surgiu o desafio de integrar todo o Acre através da BR-364. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal prevê investimentos em torno de 672 milhões de reais para a pavimentação da rodovia, o que vem causando divergências de opiniões não só na cidade, mas em todo o Estado. (BR-364: desenvolvimento ou preservação? Livreto Artigo de Opinião, Brasília, 10/12/08, p. 52).

Texto 6

Nos exemplos acima os articulistas utilizam uma linguagem formal, acessível e

não costumam fazer uso de ironias. Outros articulistas, entretanto, utilizam uma linguagem mais informal, utilizando-se de aspas para enfatizar palavras mais cotidianas ou mais provocadoras. Acompanhe os exemplos:

(15) Afinal, este “sabor amargo” do carvão precisa ser conhecido por todos, adoçado com um pouquinho de mel, preservando a vida.

(Doce Içara com sabor amargo, Pontos de Vista, Textos Recomendados, p. 81, 2008).

Texto 4

(16) Parece uma festa junina, mas não é. Se fosse festa se chamaria “Festa da Desesperança”; são bandidos e policiais trocando tiros, esquecendo da comunidade assustada, que não tem nada a ver com essa guerra que tira vidas de pessoas inocentes.

(No morro não tem só bandido, Pontos de Vista, Textos Recomendados, p. 73, 2006)

Texto 2

No texto 4, a articulista coloca entre aspas a expressão “sabor amargo” e no texto 5 a articulista sinaliza entre aspas a expressão “Festa da Desesperança” enfatizando as palavras mais cotidianas, mais provocadoras.

Ainda há aqueles que chamam a atenção em seu estilo de escrita pela forma questionadora como elaboram seus textos, com questionamentos implícitos acerca do que argumenta, levando o leitor a pensar sobre o que escreve. Observe:

(17) Então me pergunto, que futuro nós, filhos desse trabalhadores, esperamos? Pois somos julgados pelo que nós temos e não por sermos pessoas inteligentes.

(Benjamin sem máscara, Pontos de Vista, Textos Recomendados, p. 63, 2004.)

Texto 1

(18) É muito triste ver isso; portanto, o meu ponto de vista não pode ser diferente, como posso pensar na segurança da minha família, enquanto jovens como eu têm seus sonhos e suas vidas interrompidas?

(Em defesa da vida, Livreto Artigo de Opinião, Brasília, 10/12/08, p. 30).

Texto 7

No texto 1 a articulista apresenta um questionamento – *Então me pergunto, que futuro nós, filhos desses trabalhadores, esperamos?*, no texto 7 está sinalizado com a pergunta – *É muito triste ver isso; portanto, o meu ponto de vista não pode ser diferente, como posso pensar na segurança da minha família, enquanto jovens como eu têm seus sonhos e suas vidas interrompidas?*

A constituição do papel social do articulista é um tema bastante importante para a

caracterização do gênero artigo de opinião. O material aqui considerado, contudo, não oferece margem para uma investigação mais profunda desse aspecto, ficando aqui, portanto, uma sugestão para futuras pesquisas.

Esse capítulo analisou a organização retórica e as práticas sociais dos articulistas de um corpus composto por 9 textos de artigos de opinião. A análise da organização retórica demonstrou a ocorrência de seis movimentos retóricos em todos os artigos. O gênero artigo de opinião, portanto, é construído com base nestes movimentos, que são evidenciados nos textos analisados. Com relação aos papéis dos articulistas foram verificados os temas e o estilo de escrita dos textos nos quais os articulistas atuaram durante a produção textual. O próximo capítulo apresenta as considerações finais desta dissertação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo verificar, com base nos estudos sócio-retóricos de gêneros textuais (SWALES, 1990; BONINI, 2004), se os textos apresentados como exemplos do gênero artigo de opinião no contexto escolar, disponibilizados no “Caderno do professor – orientação para produção de textos”, do Programa *Escrevendo o Futuro*, apresentam uma estrutura de composição regular para se configurarem como gênero, e analisar se tais textos constituem um novo gênero ou uma reconfiguração da dissertação escolar.

Os resultados apresentaram que, dada a regularidade dos movimentos nos 9 textos analisados, podemos concluir que o artigo de opinião do Programa *Escrevendo o futuro* constitui-se um novo gênero escolar.

Nos capítulos seguintes da dissertação, atentamos para a análise dos 9 textos do gênero artigo de opinião, retirados da seção ‘textos recomendados’ dos fascículos Pontos de Vista do Programa *Escrevendo o Futuro* e do livreto das Olimpíadas de Língua Portuguesa *Escrevendo o Futuro*, pode-se aqui tecer alguns comentários.

Optamos por Swales (1990), por ter seus trabalhos norteados pela concepção sócio-retórica de gêneros, e por apresentar modelos de análise com os quais se definiram aspectos a serem observados pelos acadêmicos, profissionais ou por educandos numa eventual prática pedagógica com gêneros na escola. O modelo CARS de Swales serviu a este estudo para uma definição da distribuição das informações no artigo de opinião.

Com relação à questão levantada para esta pesquisa: Como se estrutura a distribuição das informações destacadas no artigo de opinião, com base na organização retórica apresentada por Swales (1990), considerando os exemplos apresentados pelo Programa *Escrevendo o Futuro*? Percebemos que:

O gênero artigo de opinião, apresentado pelo Programa *Escrevendo o Futuro*, é produzido em linguagem simples e direta, sendo acessível à maioria dos leitores. O conteúdo trata de problemas atuais nos quais o leitor está envolvido de uma forma ou de outra, procurando informações e ampliando suas próprias opiniões, mantendo-as ou modificando-as. Com relação ao articulista, um profissional do jornalismo ou um colaborador pode apresentar sua opinião, destacando relativa importância ao exercício da democracia, ou conforme Melo

(2003), na sessão 2.2 deste presente trabalho: “trata-se de liberdade em relação ao tema, ao juízo de valor emitido”. Portanto, considera-se que o gênero em estudo adéqua-se perfeitamente à abordagem sócio-retórica de gêneros textuais, podendo ser produzido no interior das salas de aula por educandos do ensino fundamental (séries iniciais e finais) e ensino médio.

Com relação à pergunta, a análise apontou uma organização em seis movimentos retóricos, sendo eles: 1) identificar o título e autoria; 2) apresentar uma questão polêmica; 3) apresentar posicionamento; 4) apresentar os argumentos; 5) apresentar a conclusão; 6) apresentar dados de identificação do autor. Destes movimentos, todos correspondem à organização mais típica do gênero.

Verificou-se que a identificação do título e autoria apresentando informações, como o nome do articulista e o título estejam no início ou no final da produção textual, e a apresentação da questão polêmica é sinalizado pelo articulista sintonizando o leitor para o assunto abordado, é fundamental para a produção do gênero artigo de opinião, e que os caracteriza como movimentos obrigatórios, pois, sem questão polêmica, não há como caracterizar o artigo de opinião.

O movimento (III), que apresenta posicionamento do articulista a favor ou contra, sim ou não, certo ou errado para o convencimento do leitor, e o movimento (IV), que apresenta algo além do ponto de vista do articulista, os argumentos que dialoga com diferentes pontos de vista, apresentado outras vozes ao texto, apresenta uma alternância, na tentativa de convencer e/ou persuadir o leitor. O artigo de opinião é um gênero textual em que são confrontados posições, pontos de vista sobre diversos temas envolvendo questões relevantes com a participação social dos indivíduos. A produção textual que apresenta apenas o ponto de vista do articulista torna-o muito restrito, enquanto que, ao se apresentarem outras posições com relação ao tema abre-se a possibilidade de uma discussão, um debate participativo, e com a presença de opiniões contrárias àquelas defendidas pelo articulista.

O artigo de opinião é apontado, entre outras coisas, por elementos articuladores que podem aparecer em uma única oração, em frases ou em parágrafos diferentes, que expressam a posição do articulista: “penso que”, “do nosso ponto de vista”, “na minha opinião”, “pessoalmente acho”; na introdução dos argumentos: “porque”, “pois”; na apresentação de diferentes vozes no texto é sinalizada por: “alguns dizem que”, “as pesquisas apontam”, “os economistas argumentam que”, para introduzir a conclusão: “portanto”,

“logo”, “concluindo”, “finalmente”, essas marcas linguísticas estão presentes na escrita do artigo de opinião, mas, nesta pesquisa, foram analisadas com base no conteúdo, para que melhor visualizássemos os movimentos realizados pelo autor.

Percebeu-se que, para apresentar a conclusão final do artigo, seu articulista reforça sua posição, sustenta suas convicções para convencer e/ou persuadir os leitores. Há articulistas que realizam uma avaliação, apresentando considerações finais, oferecendo ou não sugestões para amenizar/solucionar aos problemas discutidos naquela comunidade. E o último movimento, apresentação de dados identificando o autor, ou seja, apresentação de elementos que podem levar o leitor a um contato extra com o articulista apresenta-se de maneira bem particular, na entrada ou término do texto.

Um resumo da organização desse gênero poderia ser: título e autoria, apresentação de uma questão polêmica, tomada de posição pelo articulista, apresentação de argumentos para convencer o leitor, finalização do texto e apresentação de endereço para maiores informações.

O contexto situacional em que se dão a produção e a recepção do artigo de opinião, verificou-se que o gênero artigo de opinião se apresenta nas páginas dos jornais, informando e orientando o leitor em questões polêmicas e controversas. As questões polêmicas geralmente relacionam-se às áreas: política, econômica, ambiental, cultural, entre outras, e têm como origem a notícia dentro do próprio jornal.

Procurou-se em Paré e Smart (1994) conduzir as investigações dos papéis sociais, contemplando a observação das atribuições, conforme descrito na sessão 4.2 desta pesquisa. O artigo de opinião tem o seu produtor, o articulista, jornalista ou colaborador com/sem vínculo com a empresa jornalística, que desenvolve uma ideia sobre determinado assunto, estabelece uma posição e procura defendê-la por meio de argumentos. O contexto de produção compreende a manifestação de opiniões de indivíduos que representam a comunidade e que a ela têm acesso através do artigo de opinião, das páginas do jornal, trazendo a assinatura de seu produtor.

Essas manifestações de opiniões por um articulista sobre um tema gerador de controvérsias na sociedade, com vínculo empregatício ou não com o jornal, nesta pesquisa, são designadas de artigo de opinião.

A opinião deixa de ser um privilégio dos jornalistas e das empresas jornalísticas, esse gênero pode ser escrito por pessoas sem vínculo a instituições, inclusive pode ser

produzido por alunos, promovendo a democracia nas páginas dos jornais, oportunizando acesso a diversas pessoas e profissionais ligados às diversas áreas das atividades sociais.

O artigo de opinião apresenta temas ou assuntos causados por acontecimentos, ou fatos noticiados no dia a dia nas páginas dos jornais. As notícias envolvem questões polêmicas e as empresas jornalísticas sentem-se no papel social de orientar, esclarecer seus leitores sobre tais questões. Então, convidam especialistas no assunto ou representantes, pessoas envolvidas com as questões polêmicas para apresentarem suas opiniões, oportunizando-lhes esclarecimentos.

Quando o artigo é enviado por um colaborador ao jornal, este artigo é submetido a um processo de avaliação, observando os temas em destaque na sociedade, que mereçam ser discutidos nos jornais: a oportunidade e a importância do assunto do artigo de opinião são levadas em consideração.

Neste estudo, verificaram-se os temas sobre os quais os articulistas atuaram, embora o regulamento do concurso (da Olimpíada de Língua Portuguesa) direcionasse para o tema: “O lugar onde vivo”, levando o articulista à produção textual do gênero artigo de opinião, escrever sobre uma questão polêmica presente na comunidade em que vive. As áreas de maiores concentrações descreveram: produção/agricultura, mineração/extração mineral, ambiental/ecológica, comportamento humano, urbanização/transporte e economia/comércio. Esse gênero artigo de opinião discute questões polêmicas e pode envolver diversos assuntos: políticos, sociais, científicos, culturais, econômicos e outros, com interesse de um grande número de pessoas.

Com relação ao aspecto social do articulista, observa-se que há uma delimitação de assuntos possivelmente em função dos próprios interesses da mídia ou da cobertura jornalística. No jornal, o autor assume a responsabilidade jornalística e política pela divulgação do artigo de opinião, e também se demonstra como autoridade, fornecendo credibilidade à fala do autor que trata de questões que afetam a sociedade como um todo. Confirma-se, assim, ao articulista um papel de especialista em determinado assunto.

As relações de poder entre articulista e leitores podem se manifestar no estilo de escrita do artigo entre uma linguagem acadêmica e uma linguagem informal do dia-a-dia. O fato de ele possuir um estilo mais formal em comparação com um estilo menos formal e uma relação mais direta como o leitor parece indicar diferentes relações de poder.

Fica evidente, conforme Swales, que os gêneros pertencem a comunidades discursivas, não a indivíduos, e são propriedades de grupos de indivíduos que geram convenções e padrões que restringem as escolhas individuais.

A presente pesquisa no contexto do ensino reforça com convicção que o jornal funciona como importante instrumento sintonizando a escola à realidade, devendo ser explorado nas práticas pedagógicas para o ensino da produção textual na perspectiva de gêneros.

Verificou-se, com esta pesquisa, que a escola deve promover atividades constantes de práticas de linguagem em sala de aula, seja por meio de gêneros orais ou escritos que se dão pela produção de textos. É necessário que a escola propicie o contato, o estudo e o domínio de diferentes gêneros construídos e usados pela sociedade.

No que fere aos obstáculos da pesquisa, o que se verificou é que as conclusões apresentadas estão ainda no seu começo, pois o *corpus* analisado se mostra ainda limitado, podendo ser ampliado, para que os resultados, principalmente em termos de percentuais, possam ser mais decisivos. É verdade que o corpus se mostra limitado, entretanto, isso não significa que não seja possível produzir uma análise com profundidade dos dados.

Levando em consideração o uso dos resultados da pesquisa, os textos aqui analisados se mostram úteis tanto para o trabalho didático de produção e leitura textual com alunos de ensino fundamental séries iniciais e finais, quanto aos alunos de nível médio da educação básica nacional. Haja vista, nesse caso, a importância do artigo de opinião como gênero do jornal e como prática do cotidiano, levantar questões polêmicas: fatos do dia-a-dia precisam ser discutidos e direcionados com novos olhares sobre a realidade atual. Os resultados aqui apontados, principalmente quanto à organização retórica do gênero, permitem a transposição para a sala de aulas das práticas relativas ao gênero artigo de opinião, que pode ser didatizado de inúmeras formas.

Na perspectiva de se trabalhar, na escola, o gênero artigo de opinião, do Programa *Escrevendo o Futuro*, é possível sistematizar, em âmbito de sala de aula, modelos (Schneuwly e Dolz, 1999) para se trabalharem determinados gêneros específicos, na linguagem escrita ou oral. Notamos um grande avanço, proporcionando ao professor e ao aluno, oportunidades para trabalhar outros gêneros, pois no ensino fundamental e médio da escola brasileira utiliza-se de um número muito reduzido de gêneros. Por falta de conhecimento do próprio professor, os

outros gêneros ficam à mercê, pois, de modo geral, segundo Souza (2003), “a escola ainda tem uma prática voltada ao livro didático, que leva ao trabalho de gêneros específicos”.

Esta pesquisa permite que, em futuros trabalhos, pode-se dar sequência ao estudo do gênero artigo de opinião no contexto de sala de aula: na coordenação do *Escrevendo o futuro*, no que diz respeito à formação docente na região de Içara (SC), pretendo continuar este olhar para as próximas edições dos fascículos do programa, uma vez que o MEC adotou o referido projeto como proposta pública de ensino. Conforme a discussão aqui apresentada neste trabalho, e que se mostrou inacabada, pretende-se, então, retomar o estudo deste gênero, a partir dos aspectos teórico-metodológicos abordados: observar os movimentos retóricos, bem como aprofundar os estudos de identificação dos passos de cada movimento identificado; aprofundar a análise de como o papel social do articulista e seus leitores se constitui.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1953, 1992].
- _____. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992. [1929].
- BHATIA, V. K. **Analysing genre: Language use in Professional settings**. New York: Longman, 1993.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BONINI, Adair. O conhecimento de jornalistas sobre gêneros textuais: um estudo introdutório. **Linguagem em (dis)curso**, Tubarão, v. 2, n. 1, p. 9-35, 2001.
- _____. **Gêneros textuais e cognição** – um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos. Florianópolis: Insular, 2004.
- _____. Gênero textual/discursivo: o conceito e o fenômeno. In: CRISTOVÃO, V. L. L.; NASCIMENTO, E. L. **Gêneros textuais: teoria e prática**. Londrina: Moriá, 2004 a.
- _____. Os gêneros do jornal: um exemplo de aplicação da metodologia sócio-retórica. In: CRISTOVÃO, V. L. L.; NASCIMENTO, E. L. **Gêneros textuais: teoria e prática**. Londrina: Moriá, 2004b.
- _____. Metodologias para o estudo dos gêneros textuais: como estudar o encaixe dos gêneros no jornal In: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. (Orgs.). **Gêneros textuais e referenciação**. Fortaleza, CE: PPGL UFC, 2004c.
- _____. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, Acir M. ; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (Orgs.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- _____. As relações constitutivas entre o jornal e seus gêneros: relato das pesquisas do ‘Projeto Gêneros do Jornal’. In: BRAGA, Sandro; MORITZ, Maria Ester Wollstein; REIS, Marileia Silva dos; RAUEN, Fábio José (Orgs). **Ciências da Linguagem: Avaliando o percurso, abrindo caminhos**. Blumenau: Nova Letra, 2008.

BRÄKLING, Kátia Lomba. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re) significação da palavra do outro. In: ROJO, Roxane (Org). **A Prática de Linguagem em Sala de Aula: praticando os PCNs**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental – Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997: 1998.

CARVALHO, G. De. Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005.

COSTA VAL. Maria da Graça. Texto, Textualidade e Textualização. In: CECCANTINI, João Luís Cardoso Tápias; PEREIRA, Rony Farto; ZANCHETA JUNIOR, Juvenal. (Orgs). **Pedagogia cidadã: cadernos de formação: Língua Portuguesa**. São Paulo: UNESP, Pró Reitoria de Graduação, 2004.

DOLZ, J. ; PASQUIER, A. e BRONCKART, J. P. (1993) “L’acquisition des discours: Emergence d’une ou apprentissage de capacités langagières?”. **Études de Linguistique**, 102.

FIGUEIREDO, Débora; BONINI, Adair. Práticas discursivas e ensino do texto acadêmico: concepções de alunos de mestrado sobre a escrita. In: BONINI, Adair; FURLANETTO, Maria Marta (orgs). **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 6, n. 3, p. 413-446, set. /dez. 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Novo manual da redação**. 9. ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000.

GAGLIARDI, E. ; AMARAL, H. **Pontos de Vista**. Coordenação técnica Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. São Paulo: Petrópolis, 2004.

_____. **Pontos de Vista**. Coordenação técnica Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. São Paulo, Petrópolis, 2002.

_____. **Pontos de Vista**. Coordenação técnica Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. São Paulo, Peirópolis, 2006.

_____. **Pontos de Vista**. Coordenação técnica Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. São Paulo, 2008.

GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula: leitura e produção**. 2. ed. Cascavel: Assoeste, 1984.

_____. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos. Construindo propostas de didatização de gênero: Desafios e possibilidades. In: BONINI, Adair; FURLANETO, Maria Marta (Orgs.). **Linguagem em (Dis)curso** – Tubarão, v.6, n. 3. p. 337-584, set./dez. 2006.

GRAFF, Harvey J. **O mito do alfabetismo**. Teoria & Educação. Porto Alegre, n.2, p.30-64, 1990.

HEINIG, Otília Lizete de Oliveira Martins. Considerações levantadas no parecer avaliativo da banca (da presente dissertação). Tubarão, setembro de 2009.

HEMAIS, Bárbara; BIASI-RODRIGUES, Bernadete. Princípios teórico-metodológicos para a análise de gêneros na perspectiva de John M. Swales. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola.

_____. A proposta socioretórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais. In: MEURER, J. L. ; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desiree (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005.

KATO, Mary. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, Ângela B. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005 [1995].

_____. Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna. **Linguagem em (Dis)curso** – v. 8, n. 3, p. 487-517, set. /dez. 2008.

_____. Entrevista com Angela Kleiman. Disponível em:

http://escrevendo.cenpec.org.br/ecf/index.php?option=com_content&task=view&id=175&Itemid=60 Acesso em: 05 nov. 2007.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **O Texto e a construção dos sentidos**. 2.ed. São Paulo:Contexto,1998.

_____. **A inter-Ação pela linguagem**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCUSCHI. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P. ; MACHADO, A. R. ; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo** – gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. São Paulo: Mantiqueira, 2003. [Editado inicialmente como: **Opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.]

MILLER, C. R. Genre as Social Action. *Quarterly Journal of Speech*, v. 70, p. 151, 1984. (republicado em Freedman & Medway, 1994).

MONTEIRO, Daniela Arns Silveira. **O gênero comentário: análise sócio-retórica de exemplares publicados nos jornais Diário Catarinense e Folha de S. Paulo**. 2008. 122f. Dissertação de Mestrado, Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2008.

Disponível em:

<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/dissert/index.htm>.

PARÉ, A. ; SMART, G. Observing genres in action: toward a research methodology. In: FREEDMAN, A., MEDWAY, P. (Eds.). *Genre and the new rhetoric*. London: Taylor & Francis, 1994.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de pesquisa**. Rio do Sul: Nova Era, 2006.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. O artigo jornalístico e o ensino da produção escrita. In: ROJO, Roxane (Org.). **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000.

_____. A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo dialógico. 2001. 347 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem)— Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L. , BONINI, A. ; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola, 2005.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Língua Portuguesa no Ensino Fundamental e Médio**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos temáticos**. Florianópolis: COGEN, 2005.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. Tradução e organização Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004 [1994, 1997, 1999].

SCLIAR-CABRAL, Leonor. **Guia prático de alfabetização, baseado em princípios do sistema alfabético do português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

SCRIBNER, S. & COLE, M. (1981). In: KLEIMAN, Ângela B. (org). **Os Significados do Letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado das letras, 8ª reimpressão, 2005.

SWALES, J. M. **Genre Analysis**: English in academic and research settings. New York: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Genre Analysis: English in Academic and Research Settings**. Cambridge: CUP, 1990.

_____. Re-thinking genre: another look at discourse community effects. In: RETHINKING GENRE COLLOQUIUM. **Proceedings of..** . Ottawa: Carleton University, 1992.

SILVA, Antonio Ribeiro. **Gênero artigo de opinião na perspectiva sócio-retórica**. 2008. 153f. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

LIMA DA SILVA, Ana Virgínia. Relações entre o ensino e a produção do gênero artigo de opinião. In: 4º Simpósio Internacional de Estudos dos Gêneros Textuais, 2007, Tubarão (SC). **4º Simpósio Internacional de Estudos dos Gêneros Textuais**. Tubarão (SC): Universidade do Sul de Santa Catarina, 2007. p. 563-573.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2007 [2004].

SOUZA, L. V. **As proezas das crianças em textos de opinião**. Campinas, Mercado de Letras, 2003.

_____. Gêneros Jornalísticos no Letramento Escolar Inicial. In: DIONISIO, A. P. ; MACHADO, A. R. ; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

STREET, BrianV. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Adultos não alfabetizados**: o avesso do avesso. Campinas, Pontes, 1988.

VIGNER, G. Técnicas de aprendizagem da argumentação escrita. In: GALVES, C. ; ORLANDI, E. ; OTTONI, P. (Orgs.). O texto: leitura e escrita. Campinas: Pontes Editores, 1988. In: KLEIMAN, Angela B.. Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna. **Linguagem em (Dis)curso** – v. 8, n. 3, p. 487-517, set. /dez. 2008.

XAVIER, A. C. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI, L. A. , XAVIER, A. C. (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

ANEXOS – Textos 1 a 9

TEXTO 1

Grande vencedor Gênero "Artigo de opinião"

Ronilson da Silva Procópio — 5ª série

E. M. Professora Graziela Correa de Oliveira — Benjamin Constant, Amazonas

Benjamin sem máscara

Às vezes penso que o mundo é injusto, pois sempre tentamos mostrar o lado bom das coisas e camuflar o ruim. Afinal tudo que é bom tem um preço.

Muitas pessoas se encantam com a beleza do Amazonas, onde a minha cidade, Benjamin Constant, está localizada. Também é só o que interessa mostrar. Claro, faz sentido. Quem iria se interessar em mostrar o sofrimento do povo caboclo ribeirinho? Seria apenas mais um capítulo triste do nosso Brasil. Mas, se pensarmos sempre em esconder esta realidade, a miséria continuará, e quando isso se tornar um só sofrimento, talvez possamos parar para pensar, para que serve nossa inteligência, se não soubermos utilizá-la.

Essa triste cena se repete no Amazonas e principalmente aqui em Benjamin Constant. Com a chegada do inverno, o majestoso rio Amazonas e seus afluentes transbordam. Então começa todo o sofrimento dos ribeirinhos benjaminenses do Amazonas, pois suas terras ficam todas inundadas, perdendo suas casas, seus bens, suas plantações e, quando eles têm aonde ir, abandonam suas palafitas, mas não podem ou às vezes não querem deixar suas moradias, aumentando ainda mais o sofrimento, pois muitos constroem pisos nas casas conforme as águas vão subindo, mostrando uma cena de sofrimento, ficando como ilha deserta, rodeada pelas águas do majestoso rio.

Infelizmente os dirigentes muitas vezes ficam de braços cruzados, assistindo a esta cena de terror, sem fornecer abrigo ou madeira para os alagados, sem fazer cam-

panhas de conscientização de higiene e saúde.

Nessa época fica quase impossível de se viver, os peixes ficam raros, a caça é impossível, os alimentos somem e fica difícil para quem só conhece esse meio de vida. Muitas crianças morrem afogadas, aumenta o número de doenças ocasionadas pelo lixo que as águas vão levando dos quintais e sanitários.

Mas a parte mais revoltante dessa história é que depois de o povo passar todo tipo de sofrimento, pessoas que não fizeram nada para ajudar aparecem no final, dizendo ter feito projetos para ajudá-los. Coitado do povo sofrido, que canta pra não chorar. O caso é que para o Amazonas se tornar um paraíso está muito longe.

Muitos falam que Benjamin é um lugar bom de se viver; na verdade, todo lugar é bom de se viver para quem tem dinheiro. Essa verdade se reflete no rosto sofrido dos trabalhadores que com suor aos poucos construíram esta cidade, que esquece seu passado sofrido, e olha para essas pessoas como se elas fossem inúteis, sendo, muitas vezes, julgadas pela sua situação socioeconômica. Então me pergunto, que futuro nós, filhos desse trabalhadores, esperamos? Pois somos julgados pelo que nós temos e não por sermos pessoas inteligentes.

Todos querem um futuro digno e justo. Afinal ninguém nasce bandido, nem mesmo professor ou até juiz, é tudo uma questão de oportunidade. Até mesmo porque hoje em dia o nosso futuro não depende grande parte de nós, mas sim da boa vontade do próximo.

TEXTO 2

Grande Vencedora 2004 Gênero "Artigo de opinião"

Giselle Santos de Paula
Professora: Myrian Rodrigues da Silva Munhoz
Escola Municipal 04-20-013 Alice Tibiriçá
Cidade: Rio de Janeiro (RJ)

No morro não tem só bandido

Subindo a ladeira, ouvi uma frase de um grupo de jovens que desconhece o meu lugar, dizendo que "no morro só mora bandido". Isso não é verdade. Acredito. Isso é preconceito.

No lugar onde vivo, quase todo o dia, tem tiros que podem ser confundidos com barulhos de fogos. O céu, à noite, fica iluminado pelas balas e traçantes que cruzam o morro. Parece uma festa junina, mas não é. Se fosse festa se chamaria "Festa da Desesperança"; são bandidos e policiais trocando tiros, esquecendo da comunidade assustada, que não tem nada a ver com essa guerra que tira vidas de pessoas inocentes.

Moro na Messina, no Jardim Carioca. Na verdade não parece um jardim. O lugar é triste, doloroso e medonho; é como um beco sem saída e sem esperança. A comunidade só mora aqui porque não tem dinheiro para morar num lugar melhor.

Ser pobre não significa ser bandido não. As pessoas não têm culpa de serem pobres. A maioria tem bom caráter, sensibilidade; elas só querem ser alguém na vida e ter paz.

Sinto que todas as pessoas vivem tristes por causa da violência que mata e destrói famílias, que não têm nada a ver com o tráfico de drogas. Eu percebo o medo nos rostos das pessoas quando há tiros, quando acordam ou vão dormir e torço para que só escutem o barulho de pássaros cantando, pois quero ver a felicidade, harmonia e o amor no meu lugar.

Favela não tem só bandido, não. Nem todo mundo conhece o lugar onde vivo. No morro tem

pessoas trabalhadoras saindo cedo de casa para trabalhar; para buscar o pão de cada dia e dar o que comer aos filhos, que ficam com a esperança no coração, esperando o pai voltar com vida e alimentos. Tem crianças que querem brincar, estudar, querem um futuro melhor, pois algumas trabalham cedo demais porque têm pais desempregados. Elas trabalham catando papelão, varrendo ruas, vendendo rosas nos bares, nos restaurantes e sinais, pois não querem ser marginais.

Na minha opinião, tem gente passando muita necessidade e a fome é tanta, que elas vão roubar e, sem pensar no que estão fazendo, se envolvem na bandidagem e no tráfico de drogas. Com isso, o lugar onde moro vai aparecendo na televisão e nos jornais.

A televisão não mostra o lado bom do morro: as brincadeiras das crianças, a amizade da comunidade, as pessoas que são boas e querem fazer a favela ficar bonita e um lugar bom de se viver.

Entendo que o aumento da violência acontece por causa do desemprego e da fome. Portanto, os governos e as prefeituras devem se preocupar mais com os pobres. Nós não somos bichos nem bandidos. Somos trabalhadores e cidadãos que precisam de emprego, um bom lugar para se viver com dignidade, mais escolas, hospitais.

Quando isso acontecer, aí, sim, eu vou morar num verdadeiro Jardim Carioca e vou deixar de ouvir a frase que tanto me deixa chateada...

TEXTO 3

Café na avenida: certo ou errado?

Angélica Larissa Ferreira

Um fato estranho aconteceu em minha cidade. O prefeito interditou a avenida principal para secagem de café, provocando muita polêmica.

Um cafeicultor pediu um espaço ao prefeito alegando que a colheita estava atrasada por causa da chuva, como a safra foi muito grande ele já não possuía espaço suficiente para secar café. Segundo ele, se o prefeito não cedesse um espaço, ele teria que parar com a safra e demitir duzentos trabalhadores rurais.

Algumas pessoas estão revoltadas com a atitude do prefeito, mas outras consideram que ele está certo.

Os que são contra dizem que o prefeito agiu com intenções políticas, porque é candidato à reeleição; dizem ainda que a medida atrapalhou o trânsito; que a população não foi avisada com antecedência e que essa atitude abre precedentes para outros produtores solicitarem o mesmo benefício, caso fiquem em dificuldades.

Os que são favoráveis dizem que a medida impediu a demissão dos trabalhadores, que a avenida é larga o suficiente para ser usada em mão dupla e que será utilizada por pouco tempo, aproximadamente trinta dias.

Eu penso que com a pista interditada havia a possibilidade de acontecer acidentes, visto que a interdição da avenida não foi mesmo comunicada com antecedência à população. Esta avenida é uma das mais movimentadas de minha cidade, pois dá acesso ao distrito industrial, à usina de açúcar e álcool e à rodovia estadual próxima, portanto não deveria estar sendo usada dessa forma.

Penso ainda que o fazendeiro deveria ter construído outros terreiros para secar o café ou tentar encontrar outra solução sem incomodar os cidadãos, pois acredito que dinheiro não é problema para ele, já que como foi publicado no jornal da cidade o cafeicultor é o maior produtor da região.

Apesar de algumas pessoas garantirem que o decreto do prefeito é legal, porque está previsto na lei orgânica do município em seu artigo 94, o promotor de justiça afirmou que "a medida é juridicamente discutível".

Portanto, sou contra a colocação do café na avenida porque privilegia alguns em detrimento de outros, abre precedentes e atrapalha o trânsito da cidade.

Angélica Larissa Ferreira, aluna da professora Maria Ângela Tidei, da E. E. Professora Laura Rebouças de Abreu, participante do Prêmio Escrevendo o Futuro.

TEXTO 4

Doce Içara com sabor amargo

Joice Zilli da Silva

Içara é a capital do mel, cidade mais doce do Brasil. Agora, com um sabor diferente, amargo, que vem preocupando seus moradores.

Numa localidade vizinha, na zona rural de Santa Cruz, há um projeto para instalação de uma mina de carvão. Com a abertura da mina, os moradores descontentes acabarão abandonando suas terras, vendendo-as e deixando para trás toda uma vida dedicada ao campo, especialmente à apicultura.

Durante a entrevista realizada na Câmara Municipal de Vereadores, um vereador informou que os projetos foram discutidos e aprovados. A polêmica continua, no entanto a decisão caberá ao Poder Judiciário.

Penso que a população deveria ser consultada sobre o assunto. Os agricultores e a empresa mineradora deveriam ter a preocupação com o meio ambiente, cumprindo a Constituição Brasileira que prevê que a agressão ao meio ambiente é crime.

Segundo pesquisa realizada pela 4ª série, turma 43 da E. E. B. "Antonio Colonette", das 819 pessoas ouvidas de várias localidades do município de Içara, constatamos que 70% são contra a instalação da mina, porque prejudica o meio ambiente, o solo, a água, o ar, a vida dos seres vivos, com risco de morte, além do cheiro insuportável da perita. Elas têm consciência de que a mina vai acabar com a atividade agrícola, vai prejudicar a terra. Porém, 30% são a favor, pois a abertura da mina de carvão trará novos empregos, lucro ao município, com aumento de arrecadações dos impostos, crescimento, novas tecnologias, modernidade, além da fabricação do cimento, energia, aço etc.

Na minha opinião, a localidade de Santa Cruz tem muitas famílias que vivem lá há anos, trabalhando na terra, tirando o seu e o nosso sustento, e precisam permanecer na terra, sem que haja a instalação da mina. Continuar com a terra fértil, cheia de plantações, água pura, potável, com pessoas que a amam será a melhor solução.

Afinal, este "sabor amargo" do carvão precisa ser conhecido por todos, adoçado com um pouquinho de mel, preservando a vida.

Joice Zilli da Silva, 11 anos, aluna da professora Edina da Silva de Freitas, da E. E. B. Antonio Colonetti, Içara (SC), participante do Prêmio Escrevendo o Futuro.

TEXTO 5

Cavaleiros da cana versus mecanização

Aluna: Mariane Chelli de Oliveira

O lugar onde vivo é uma típica cidadezinha do interior do Paraná, com uma população de apenas 4.275 habitantes. O formato do município de Tamboara é no mínimo curioso, quase um quadrado perfeito emoldurando uma cidade em miniatura com virtude e problemas característicos de uma cidade pequena.

Em nosso município e região a cana-de-açúcar é a principal fonte de trabalho; é cortando cana que muitos trabalhadores sustentam suas famílias. Devido ao serviço árduo e estafante, podemos chamá-los de cavaleiros da cana, pois levantam de madrugada, vestem suas armaduras e saem para a luta com a determinação de guerreiros.

Mas ultimamente algo vem lhes tirando o sono: a provável mecanização da colheita de cana. Penso que isso não deveria acontecer, pois é indiscutível que esse tipo de colheita irá ocasionar o desemprego de muitos trabalhadores braçais.

Com a implantação da mecanização, as usinas teriam mais lucros, pois, segundo dados da Alcopar, enquanto um trabalhador colhe em média seis toneladas de cana por dia, uma máquina pode colher seiscentas.

Segundo dados da União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), o Paraná ocupa o segundo lugar na produção de cana-de-açúcar. Isso é algo que podemos perceber claramente observando o aumento do plantio de cana em nossa área rural, que, se por um lado, gera muitos empregos, por outro, causa problemas ambientais.

Nesse sentido, os que são contrários ao processo de mecanização da colheita de cana-de-açúcar argumentam que ele tiraria o emprego de muita gente, que em sua maioria possui baixa escolaridade e não conseguiria outro emprego, principalmente com carteira assinada, como o proporcionado pelo corte de cana.

Os que argumentam a favor citam as questões ambientais, pois com o trabalho das máquinas não haveria a necessidade das queimadas dos canaviais que poluem o ar, matam animais e prejudicam a saúde humana, principalmente a dos próprios cortadores de cana que entram em contato direto com a fuligem.

Na minha opinião, os impactos negativos causados pelas queimadas são inegáveis, mas não deveriam servir de justificativa para a substituição de trabalhadores por máquinas. Vale lembrar que o corte da cana sem a prática da queimada não é impossível, pois isso já ocorre quando há o corte de cana para a produção de mudas.

Segundo pesquisa feita pelo engenheiro ambiental Eleutério Languloski, não há motivos que justifiquem técnica, ecológica ou socialmente as queimadas nos canaviais, a não ser para maior rendimento da colheita.

Esse, com certeza, é um impasse difícil de ser resolvido, mas acho que a solução está com os donos de usinas, que poderiam abrir mão de suas margens de lucro, acabando com a prática da queima de cana, pagando uma remuneração mais justa aos seus trabalhadores que, produziram menos do que na situação atual, e fornecendo-lhes equipamentos de trabalho adequados para sua proteção, visto que na colheita da cana os trabalhadores estariam mais sujeitos à picada de bichos peçonhentos e cortes causados pelas folhas.

Assim, o verde de nossos canaviais continuaria sendo a cor da esperança de nossos cavaleiros, que vêm no plantio da cana e na força de seu trabalho a garantia de sustento de suas famílias e o progresso de nossa cidade.

TEXTO 6

BR-364: desenvolvimento ou preservação?

Aluno: Abraão da Silva Lima

O acreano é conhecido por trocar o desenvolvimento pela preservação da floresta. Em Cruzeiro do Sul, lugar onde vivo, também não é diferente. Minha terra natal hoje conta com cerca de 80.000 habitantes, é a segunda cidade acreana mais populosa. O povo da nossa região tem a mania de dizer que somos da ponta do Brasil, onde o vento faz a curva e que o açai é a uva das bandas de lá. O município está localizado no vale do Juruá, distante 645 quilômetros da capital Rio Branco.

Há vinte anos surgiu o desafio de integrar todo o Acre através da BR-364. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal prevê investimentos em torno de 672 milhões de reais para a pavimentação da rodovia, o que vem causando divergências de opiniões não só na cidade, mas em todo o Estado. Pequena parte da população se posiciona contra, argumentando que a construção da rodovia causará sérios danos à natureza. A ex-ministra do Meio Ambiente e atual senadora acreana Marina Silva, há alguns anos, solicitou o embargo da obra para saber se ela causaria, ou não, impactos ao meio ambiente. Segundo ela, a construção da obra foi iniciada sem os devidos estudos ambientais. As pessoas contrárias argumentam que a criminalidade aumentará, pois a rodovia interligará Cruzeiro do Sul não só à capital, mas sim a todo o Brasil.

Assim como eu, a maioria da população é favorável à pavimentação da rodovia, pois ela, quando concluída, trará como retorno a geração de empregos. Conseqüentemente, proporcionará a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento, desde que seja de maneira sustentável, ou seja, devemos usar o que a natureza nos proporciona de maneira racional para que as futuras gerações tenham acesso aos mesmos recursos.

Tenho plena convicção de que a conclusão dessa rodovia trará vários benefícios não somente para os cruzeirenses como para todo o vale do Juruá e para o Acre de maneira geral. Observo que nos últimos dez anos a BR-364 vem sendo aberta consecutivamente no período do verão, há uma redução significativa do preço dos produtos comercializados em nossa cidade, se comparada ao período de inverno, quando a rodovia encontra-se sem tráfego devido às chuvas.

A nossa região, por estar localizada em plena Floresta Amazônica, tem belos pontos turísticos, como o Igarapé Preto, o Parque Nacional da Serra do Divisor, sem falar no novenário em honra à padroeira Nossa Senhora da Glória, que é considerada a segunda maior manifestação de fé da região Norte, sendo superada somente pelo Círio de Nazaré, em Belém. A conclusão dessa rodovia atrairia vários turistas para a região e, conseqüentemente, a geração de renda na cidade, ou seja, haveria uma diversificação da economia local.

Sou plenamente favorável à pavimentação da BR-364, pois ela, quando concluída, será um atrativo para a instalação de indústrias e empresas para nossa região, gerando assim emprego e renda para a população. Também proporcionará a integração de todo o Acre. O governo garantiu que a rodovia será pavimentada até 2010. Espero que o sonho dos acreanos, em especial dos cruzeirenses, se realize o mais breve possível, pois só assim viveremos dias melhores.



Professora: [Maria de Fátima do Monte Souza](#) Escola: [Escola Flodoardo Cabral](#) Cidade: [Cruzeiro do Sul – AC](#)

TEXTO 7

Em defesa da vida

Aluna: *Carolina Aparecida da Silva Alves*

Minha cidade, Alpinópolis, conhecida com “Cidade das Pedras”, situa-se no sudoeste mineiro, uma região com riqueza biológica incalculável. A economia é movimentada pelo setor agropecuário e extrativista. Mas a extração de quartzito, no Parque Nacional da Serra Canastra, vem causando graves problemas ambientais, gerando polêmica entre os moradores. Há aqueles que são a favor da extração de quartzito, enquanto outros lutam pela preservação do lugar.

Os nossos empresários começaram a extração de quartzito na Serra da Canastra em 1960, antes mesmo da criação do Parque. A extração era desordenada e sem fiscalização, o que gerou uma grande destruição. Atualmente, nove mineradoras do município são legalizadas para mineração dentro do Parque, com várias restrições para minimizar os impactos ambientais. Porém, há várias outras empresas clandestinas trabalhando de forma ilegal. Em 2006, todas as pedreiras foram fechadas e muitos empresários e extratores da cidade, como protesto, fecharam a rodovia MG-50. O caso foi parar na Justiça e muitas pedreiras foram reabertas, enquanto outras continuam fechadas.

Segundo os empresários alpinopolenses, somos grandes exportadores mineiros de quartzito, exportamos de forma direta para outros países por meio de vários licenciamentos. Além disso, todo o beneficiamento da pedra ocorre dentro do município, gerando cerca de três mil empregos direta ou indiretamente; por isso, seria um erro fechar as pedreiras. Porém, sabemos que o “grosso” mesmo do lucro maior fica nas mãos deles, os donos das pedreiras.

Apesar de a extração das pedras trazer benefícios, sou a favor do fechamento de todas as pedreiras, principalmente, as do Parque. Sou filha de um extrator de pedras e sei como é difícil viver na dúvida, com a possibilidade de a qualquer momento meu pai ficar desempregado. Sei que algumas pessoas podem pensar que estou sendo incoerente, já que convivo diariamente com a insegurança. Mas o problema do desemprego torna-se pequeno comparado à importância da preservação do meio ambiente e da saúde dos extratores.

Infelizmente, nossos trabalhadores estão expostos a vários tipos de acidentes. Este ano, em junho, morreu um extrator da nossa cidade devido a uma explosão em uma pedreira da região. Além do mais, a inalação de pó de sílica pode provocar a silicose, doença que provoca lesões nos pulmões e é incurável. O mesmo resíduo que assoreia os rios entope os pulmões dos trabalhadores. O dr. Vicente de Paula, médico do INSS da região, já detectou vários casos de silicose na nossa cidade, inclusive em jovens. Conheço um rapaz que começou a trabalhar nas pedreiras ainda adolescente, aos 14 anos, em companhia do pai. Hoje, aos 22, já está aposentado, e, aposentados estão seus sonhos. O caso dele é gravíssimo, está respirando com a ajuda de uma máscara de oxigênio. É muito triste ver isso; portanto, o meu ponto de vista não pode ser diferente, como posso pensar na segurança da minha família, enquanto jovens como eu têm seus sonhos e suas vidas interrompidas?

Enfim, reafirmo que as pedreiras devem ser fechadas e as autoridades devem fazer uma reestruturação financeira na cidade, diversificar a economia, criar novos empregos e profissionalizar a mão-de-obra desses trabalhadores. Só assim acredito que se solucionará o problema do desemprego.

Devemos lembrar que o quartzito é um recurso não-renovável, uma vez extraído, não pode ser reconstruído pelo homem. Portanto, devemos nos unir a favor da preservação de um bem essencial para toda a humanidade. Preservar a biodiversidade da Serra da Canastra e de toda e qualquer serra é garantir vida em equilíbrio para nós e para as próximas gerações.

TEXTO 8

Praça de trabalhadores

Aluno: Francisco Eugênio de Vasconcelos Filho

A Praça D. Pedro II, localizada em frente à Catedral Metropolitana de Fortaleza, é palco de uma polêmica questão da cidade. É lá que funciona a Feira da Sé, um enorme agrupamento de vendedores ambulantes que já se tornou conhecido não só na capital como também no interior do Estado do Ceará. Recentemente, no dia 16 de abril, uma ordem judicial estabeleceu a remoção dos comerciantes da praça até o dia 27 de maio, uma vez que o trânsito no lugar torna-se caótico durante o funcionamento da feira.

Desde então o embate entre os ambulantes e as forças da Guarda Municipal tem sido intenso. Exemplo disso foi o que ocorreu no dia 22 de junho, com inúmeras agressões e algumas prisões de populares. O caso traz à tona uma importante pergunta: "O que é mais importante, o fator humano ou a organização da cidade?"

A Feira da Sé reúne milhares de trabalhadores, pessoas que têm famílias para alimentar e sustentar. Acredito que retirar o meio de sobrevivência dessa gente é, no mínimo, desumano. "Estou na feira há quatro anos e nunca houve tanta perseguição quanto agora. Tiramos nosso sustento da feira", afirma o feirante Franklin Freire de Freitas, de 59 anos.

É possível que surjam argumentos propondo que, por se tratarem de trabalhadores da economia informal, devem ser removidos do lugar, já que não possuem autorização para ocupar o espaço. Porém, é aí que a questão toma proporções maiores e retrata um problema nacional: o constante crescimento da economia informal.

A propósito, o Brasil possui uma carga tributária e uma burocracia que chegam a impor medo à população. O ingresso na chamada economia formal é uma árdua (e cara) prova de resistência, impelindo milhares de brasileiros a essa área clandestina do mercado. Desse modo, o comércio informal na Praça da Sé demonstra um dilema nacional.

Retomando a questão, é inevitável admitir que a feira castiga o trânsito das redondezas; entretanto, o modo como está sendo efetivada a propalada "solução" para o problema é inaceitável. Simplesmente retirar à força os

ambulantes do local, como, aliás, tem sido feito, apenas transformará o caos do trânsito em caos social. Os trabalhadores que serão expulsos podem não ser absorvidos pelo mercado de trabalho, aumentando o desemprego e a pobreza na cidade.

É bem verdade que a Prefeitura de Fortaleza apresenta um projeto de transferência dos ambulantes para a Rua José Avelino, onde já estão estabelecidos centenas de varejistas do setor de confecções. O titular da Secretaria do Centro, José Nunes Passos, acredita ser esse o lugar ideal para esses trabalhadores. Os feirantes, contudo, afirmam que esse não é o lugar adequado, pois sofrerão perda de clientela e concorrência com os vendedores que já estão no local.

Vale lembrar que não defendo, no presente artigo, práticas como a economia informal ou a instalação desordenada de pontos comerciais pela cidade. Entretanto, é necessária uma análise mais profunda do caso, a fim de entender o problema e desenvolverem-se políticas públicas que venham a solucioná-lo.

Em suma, a resolução desse impasse não é simples nem tampouco pode ser alcançada por medidas violentas e isoladas. É necessário planejamento e organização, a fim de remanejar os ambulantes para um lugar apropriado e regulamentá-los, resolvendo, dessa forma, dois problemas que afligem o povo fortalezense.

TEXTO 9

Sustento de alguns, ruína de outros

Aluno: Merlim Miriane Malacoski

Major Vieira é uma cidade calma e pequena, de povo hospitaleiro e ambiente acolhedor. É um município rural, pois a economia é essencialmente agrícola.

Um dos problemas da nossa cidade está exatamente na principal atividade da agricultura major-vieirense: o cultivo do fumo. A maioria da população não vê problema algum; pelo contrário, acha que o cultivo do tabaco é a única alternativa de desenvolvimento para o município. Quase ninguém percebe que o mesmo fumo alimenta a economia local e se transforma no cigarro que mata tantas pessoas. Mas eu acredito que essa mentalidade pode ser mudada quando os habitantes de Major Vieira perceberem que a fumicultura é uma atividade rentável, porém ela envolve questões éticas, de saúde, ambientais e até culturais.

Apesar de a atividade fumageira não utilizar grandes áreas de terra, o que torna favorável aos pequenos agricultores, o fumo necessita de muitos agrotóxicos, que geralmente são aplicados manualmente e, pior, sem o cuidado necessário, causando diversos problemas de saúde aos fumicultores.

Não se pode esquecer também dos impactos ambientais, já que durante o processo de secagem do fumo necessita-se de muita lenha, e apesar de a maioria dos fumicultores utilizar árvores de reflorestamento, cujas mudas são fornecidas pelas próprias empresas fumageiras, as áreas reflorestadas não conseguem suprir a demanda de lenha, o que faz com que se destruam trechos de vegetação nativa.

Outra questão preocupante é o fato de muitos agricultores cultivarem exclusivamente o tabaco, e não raramente vêem-se fumicultores comprando nos supermercados de Major Vieira produtos básicos como legumes e hortaliças, produtos esses que poderiam produzir com mais qualidade nas próprias terras.

Muitas pessoas afirmam que a economia major-vieirense não sobreviveria sem o cultivo do fumo e não se preocupam em criar outras alternativas aos pequenos agricultores do município. É preciso avaliar quais produtos se adaptariam ao solo, ao clima e, sobretudo, às possibilidades e necessidades

das famílias do meio rural. Esse não é um projeto a ser executado a curto prazo, o que certamente atrapalharia a vida dos fumicultores, mas, sim, uma medida eficaz para o futuro de nossa cidade.

Penso que as pessoas precisam trabalhar no campo para garantir seu sustento, mas não é correto Major Vieira continuar se desenvolvendo às custas da produção da matéria-prima de uma droga que mata milhões de pessoas no Brasil e no mundo, inclusive na nossa própria cidade.



Professora: Soleima Aparecida de Oliveira Escola: E. E. B. Luiz Davet Cidade: Major Vieira – SC

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)